

DIST. SANT. ESP. INDIGENA

Edital 21/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
21/2026	257035-DIST. SANT. ESP. INDIGENA	GABRIEL LEANDRO SILVA	23/04/2026 15:37 (v 0.10)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		25047.002066/2025-95

1. DO OBJETO

ÓRGÃO OU ENTIDADE PÚBLICA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90054/2026

(Processo Administrativo nº 25047.002066/2025-95)

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 481.180,50 (Quatrocentos e oitenta e um mil, cento e oitenta reais e cinquenta centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 12/05/2026 às 09:30h (Horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO

Menor preço por item

MODO DE DISPUTA

Aberto

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO

Torna-se público que o(a) Distrito Sanitário Especial Indígena - Minas Gerais e Espírito Santos, por meio do(a) Setor de Serviços de Recursos Logísticos - SELOG/MGES, sediado(a) Avenida Brasil, nº 4550, Bairro Santa Terezinha, Governador Valadares/MG, CEP: 35030-070, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a aquisição de hipoclorito de sódio, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em único item.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. Não se aplica.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Não será concedido nesta Licitação tratamento favorecido para microempresas, empresas de pequeno porte e figuras equiparadas, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, em razão da incidência, no caso, do art. 4º, § 1º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.7.3. sociedades cooperativas;

3.7.4. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.7.5. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.6. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.7. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.8. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.9. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.10 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.11. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.7.12. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.9. O impedimento de que trata o item 3.7.7 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.5. e 3.7.6. poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.12. O disposto nos itens 3.7.5. e 3.7.6 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.14. A vedação de que trata o item 3.8. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.13.2 deste Edital.

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.4.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.4.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.6.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.8. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.8.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.8.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.8.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.8.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

- 5.8.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- 5.8.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- 5.8.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.
- 5.8.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.
- 5.9. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.
- 5.10. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 5.11. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.11. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 5.12. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 5.13. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 5.13.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 5.13.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 5.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 5.14.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 5.14.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 5.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.13. possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 5.16. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 5.17. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. valor unitário e total do item;

6.1.2. marca;

6.1.3. fabricante;

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa)** dias, a contar da data de sua apresentação.

6.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.10. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

6.11. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.

6.12. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

- 7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.
- 7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 2% (dois) por cento.
- 7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 7.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação,
- 7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.18.2. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.18.5. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.20.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.20.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.20.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme Decreto nº 11.430, de 8 de março de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

7.20.4. declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decretos nº 12.304, de 20214

7.21. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.21.1. empresas brasileiras;

7.21.2. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.21.3. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.22. A fim de garantir maior segurança jurídica e uniformização quando da aplicação dos subitens 7.20.2, 7.20.3, 7.21.1, 7.21.2 e 7.21.3 estes só serão adotados quando houver regulamentações específicas em cada caso, que afastam o caráter subjetivo da tomada de decisão;

7.23. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.24. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.24.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.24.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.24.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.24.4. O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.24.5. É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.25. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. Sicaf;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS;

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

8.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de Licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoas Jurídica do TCU.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.8.1. conter vícios insanáveis;

8.8.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

8.8.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.8.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.8.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;

8.8.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.10. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

8.10.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.10.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

8.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.13.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.13.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1 Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicaf.

9.2 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por e-mail: licitacaodsei@saude.gov.br

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.9. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.11. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.11.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

9.11.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES /ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.12. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.12.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.13. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.11.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 (duas) horas, para:

9.13.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.13.3 suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.13.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.14. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.11.1.

9.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2. A assinatura do contrato/Instrumento Substitutivo será feita por meio do Sistema Eletrônico de Informação - SEI, ao qual o representante legal do adjudicatário deverá realizar prévio cadastro no endereço eletrônico: sei.saude.gov.br/externo para liberação de acesso para assinatura eletrônica.

10.3. O adjudicatário terá o prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.4. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 3 (três) dias úteis.

10.5. Os prazos dos itens 10.3 e 10.4 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.7.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Não se aplica.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Não se aplica.

13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico Sistema Eletrônico de Informação - SEI, por meio de solicitação de link de acesso.

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

14.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.6. fraudar a licitação;

14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.3.3. Impedimento de licitar e contratar e

14.3.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 30 (trinta) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: e-mail licitacaodsei@saude.gov.br, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Av. Brasil, nº 4550, Bairro Santa Terezinha, Governador Valadares/MG, CEP: 35.030-070, Seção Serviços de Recursos Logísticos - SELOG/MGES.

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Agente de Contratação, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.gov.br/compras, e Sistema Eletrônico de Informação - SEI por meio de solicitação de link de acesso.

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1. Anexo I - Termo de Referência;

16.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

16.11.1.2. Apêndice II do Anexo I - Modelo de Proposta;

16.11.1.3. Apêndice III do Anexo I - Modelo de Planilha de Custos;

16.11.1.4. Apêndice IV do Anexo I - Modelo de Instrumento de Medição de Resultado;

16.11.1.5. Apêndice V do Anexo I – Declaração de Conhecimento das Condições da Licitação e Contratação;

16.11.2. Anexo II - Minuta do Contrato.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

CELIO CEZAR FERREIRA

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 23/04/2026 às 15:37:35.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - TR 49-2026.pdf (171.12 KB)
- Anexo II - ETP 18-2026.pdf (217.11 KB)
- Anexo III - Apendice II - Modelo de Proposta.pdf (150.75 KB)
- Anexo IV - Apendice_III___Modelo_de_planilha_de_custos.pdf (158.13 KB)
- Anexo V - Apendice IV -
MODELO_DE_INSTRUMENTO_DE_MEDICAO_DE_RESULTADO___IMR_PARAservicos.pdf (273.37 KB)
- Anexo VI - Apendice_V_MODELO_DE_DECLARACAO_DE_CONHECIMENTO_DAS_CONDICOE__1_.pdf (104.23 KB)
- Anexo VII - CONTRATO 20-2026.pdf (135.83 KB)

DIST. SANT. ESP. INDIGENA

Termo de Referência 49/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
49/2026	257035-DIST. SANT. ESP. INDIGENA	GABRIEL LEANDRO SILVA	17/04/2026 06:54 (v 0.4)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		25047.002066/2025-95

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de hipoclorito de sódio nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	HIPOCLORITO DE SÓDIO Aspecto Físico: Líquido Amarelo Esverdeado Concetração: Teor Mínimo de 12% de Cloro Ativo Características Adicionais: Produto Concentrado, Não Estabilizado. Aplicação no tratamento de água potável. Fracionamento em galões de 50 litros. Prazo mínimo de validade 06 (seis)	343299	Litro	41.202	R\$ 9,81	R\$ 404.191,62

	meses a partir da data de entrega.					
--	------------------------------------	--	--	--	--	--

TABELA COM COTA RESERVADA							
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	PORCETAGEM	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	<p>HIPOCLORITO DE SÓDIO</p> <p>Aspecto Físico: Líquido Amarelo Esverdeado</p> <p>Concetração: Teor Mínimo de 12% de Cloro Ativo</p> <p>Características Adicionais: Produto Concentrado, Não Estabilizado.</p> <p>Aplicação no tratamento de água potável.</p> <p>Fracionamento em galões de 50 litros.</p> <p>Prazo mínimo de validade 06 (seis) meses a partir da data de entrega.</p>	343299	Litro	7.848	16%	R\$ 9,81	R\$ 76.988,88

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, considera-se que o produto é amplamente comercializado no mercado, cujas características e especificações técnicas são padronizadas e usualmente definidas por normas sanitárias e regulatórias aplicáveis, especialmente quanto à concentração, composição e forma de acondicionamento, tratando-se, portanto, de bem comum, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no Termo de Referência, permitindo a comparação direta entre as propostas apresentadas pelos licitantes, sem necessidade de avaliação técnica complexa ou subjetiva.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do(a) a partir da assinatura do contrato, por ambas as partes, prorrogável por até 5 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. O fornecimento de bens é enquadrado como continuado tendo em vista que o hipoclorito de sódio é insumo essencial e de uso permanente no processo de desinfecção da água nos sistemas de abastecimento, sendo indispensável para garantir a manutenção da potabilidade da água distribuída às comunidades atendidas. A interrupção no fornecimento desse produto pode comprometer diretamente a qualidade da água tratada e gerar riscos à saúde pública, razão pela qual seu abastecimento deve ocorrer de forma contínua e ininterrupta, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando a necessidade de garantir regularidade no fornecimento do insumo, maior previsibilidade no planejamento das aquisições, redução de custos administrativos com a repetição de procedimentos licitatórios e maior eficiência na gestão contratual, conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 00394544000185-0-000006/2026;

II) Data de publicação no PNCP: 14/04/2025;

III) Id do item no PCA: Conforme publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), disponível em: (<https://pncp.gov.br/app/pca/00394544000185/2026/6>);

VI) Classe/Grupo: 6810;

V) Identificador da Futura Contratação: 54/2026;

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. O Hipoclorito de Sódio deverá ser fornecido em embalagens recicláveis ou retornáveis, observando normas de segurança para o transporte e armazenamento de produtos químicos, de modo a reduzir impactos ambientais.

- 4.1.2. O fornecedor deverá comprovar que adota práticas de logística reversa para destinação final adequada das embalagens, em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010); e
- 4.1.3. O produto deverá atender às normas da ANVISA, do Ministério da Saúde e demais órgãos de regulamentação, assegurando padrões mínimos de qualidade, eficácia e segurança.

Da vedação de contratação de marca ou produto

- 4.2. A Administração não aceitará o fornecimento dos seguintes produtos/marcas:
- 4.2.1.1 Produtos fora do prazo de validade;
- 4.2.1.2. Produtos sem registro válido junto à ANVISA
- 4.2.1.3 Produtos cujas embalagens não atendam às normas de segurança e transporte de produtos químicos ou sem rótulo padronizado conforme normas técnicas;
- 4.2.1.4 Produtos com aditivos não permitidos para uso em água destinada ao consumo humano.

Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:

- 4.3. Na presente licitação, será realizada a reserva de cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.
- 4.3.1. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos fornecedores remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal[
- 4.31.2 Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.
- 4.31.3. Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º, do Decreto n. 8.538, de 2015.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

- 5.1. O prazo de entrega da 1ª parcela dos bens será de 30 dias, contados do(a) a partir da assinatura do contrato, as demais parcelas serão entregues em até 30 dias após solicitação.
- 5.2. As parcelas serão entregues nos seguintes prazos e condições:

Parcela	Composição da parcela	Prazo de entrega
1ª	12.300 litros do item um.	30 dias a partir da assinatura do contrato
2ª	12.250 litros do item um.	30 dias após solicitação.
3ª	12.200 litros do item um.	30 dias após solicitação

4ª	12.300 litros do item um.	30 dias após solicitação
----	---------------------------	--------------------------

5.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.4. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço:

1ª PARCELA:

650 litros - atendimento direto às aldeias do município (Pau Brasil, Olhos D'Água e Comboios), com acompanhamento da equipe técnica de Saneamento do Escritório Local de Aracruz/ES. Endereço: Rua Augusto Sizenando Correia, 556, De Carli - Aracruz/ES, CEP: 29194-044.

3.400 litros - Polo Base de Machacalis/MG: Endereço: Rua Belo Horizonte, nº 88, Centro, Machacalis/MG, com CEP 39873-000.

6.200 litros - Endereço: Laboratório de Controle de Qualidade de Água, Praça da Aldeia Brejo Mata Fome, S/N, Zona Rural, São João das Missões - MG, CEP: 39475-000.

2.050 litros - Endereço: Avenida Brasil, nº 4550, Bairro Santa Terezinha, Município de Governador Valadares/MG, CEP 35030-070

2ª PARCELA:

600 litros - atendimento direto às aldeias do município (Pau Brasil, Olhos D'Água e Comboios), com acompanhamento da equipe técnica de Saneamento do Escritório Local de Aracruz/ES. Endereço: Rua Augusto Sizenando Correia, 556, De Carli - Aracruz/ES, CEP: 29194-044.

3.400 litros - Polo Base de Machacalis/MG: Endereço: Rua Belo Horizonte, nº 88, Centro, Machacalis/MG, com CEP 39873-000.

6.200 litros - Endereço: Laboratório de Controle de Qualidade de Água, Praça da Aldeia Brejo Mata Fome, S/N, Zona Rural, São João das Missões - MG, CEP: 39475-000.

2.050 litros - Endereço: Avenida Brasil, nº 4550, Bairro Santa Terezinha, Município de Governador Valadares/MG, CEP 35030-070

3ª PARCELA:

650 litros - atendimento direto às aldeias do município (Pau Brasil, Olhos D'Água e Comboios), com acompanhamento da equipe técnica de Saneamento do Escritório Local de Aracruz/ES. Endereço: Rua Augusto Sizenando Correia, 556, De Carli - Aracruz/ES, CEP: 29194-044.

3.400 litros - Polo Base de Machacalis/MG: Endereço: Rua Belo Horizonte, nº 88, Centro, Machacalis/MG, com CEP 39873-000.

6.150 litros - Endereço: Laboratório de Controle de Qualidade de Água, Praça da Aldeia Brejo Mata Fome, S/N, Zona Rural, São João das Missões - MG, CEP: 39475-000.

2.000 litros - Endereço: Avenida Brasil, nº 4550, Bairro Santa Terezinha, Município de Governador Valadares/MG, CEP 35030-070

4ª PARCELA:

600 litros - atendimento direto às aldeias do município (Pau Brasil, Olhos D'Água e Comboios), com acompanhamento da equipe técnica de Saneamento do Escritório Local de Aracruz/ES. Endereço: Rua Augusto Sizenando Correia, 556, De Carli - Aracruz/ES, CEP: 29194-044.

3.450 litros - Polo Base de Machacalis/MG: Endereço: Rua Belo Horizonte, nº 88, Centro, Machacalis/MG, com CEP 39873-000.

6.200 litros - Endereço: Laboratório de Controle de Qualidade de Água, Praça da Aldeia Brejo Mata Fome, S/N, Zona Rural, São João das Missões - MG, CEP: 39475-000.

2.050 litros - Endereço: Avenida Brasil, nº 4550, Bairro Santa Terezinha, Município de Governador Valadares/MG, CEP 35030-070

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

6.16.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.16.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **5% (cinco por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **15 (quinze)** dias

7.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

7.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.2.4.3. . Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

7.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação [, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea:

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

- 8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5(cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 15(quinze) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.
- 8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
- 8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

- 8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.
- 8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 8.12.1. o prazo de validade;
 - 8.12.2. a data da emissão;
 - 8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
 - 8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;
 - 8.12.5. o valor a pagar; e
 - 8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

8.22. pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

8.27. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.27.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.27.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.27.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.27.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.28. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

8.29. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

8.30. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade

8.31. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.32. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.33. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.34. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.35. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.36. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será parcelado/continuado.

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.4. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.10. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.11. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.12. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.13. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.14. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.15. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.16. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.17. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.18. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.19. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.20. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas :

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

9.21. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de até 10% .

9.22. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.23. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.24. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Disposições gerais sobre habilitação

9.25. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.26. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.27. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.28. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.29. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 481.180,50 (quatrocentos e oitenta e um mil, cento e oitenta reais e cinquenta centavos), conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/unidade: 257035;

II) Fonte de recursos: 1001000000;

III) Programa de trabalho: 234652;

IV) Elemento de despesa: 339030; e

11.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

13.1. Não se aplica.

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (identificar o Contratado) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital , no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão /Concorrência/ nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ANTONIO ISMAEL VIEIRA

Membro da Equipe de Contratação



Assinou eletronicamente em 15/04/2026 às 17:03:06.

JOSE BRAULIO PEREIRA MACEDO

Membro da Equipe de Contratação



Assinou eletronicamente em 15/04/2026 às 15:55:10.

DANIEL BISPO DA SILVA

Chefe do Serviço de Edificações e Saneamento Ambiental Indígena



Assinou eletronicamente em 16/04/2026 às 11:37:01.

CELIO CEZAR FERREIRA

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 17/04/2026 às 06:54:37.

DIST. SANT. ESP. INDIGENA

Estudo Técnico Preliminar 18/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 25047.002066/2025-95

2. Descrição da necessidade

2.1. A necessidade em questão decorre da obrigação de garantir a adequada desinfecção da água distribuída nas aldeias indígenas sob responsabilidade do DSEI/MGES, assegurando que a água consumida pelas comunidades atenda aos padrões de potabilidade estabelecidos na legislação sanitária vigente. A manutenção do processo de cloração é etapa essencial no tratamento da água, sendo indispensável para a eliminação de microrganismos patogênicos e para a preservação da saúde coletiva.

2.2. O atendimento dessa necessidade está diretamente relacionado ao dever constitucional do Estado de assegurar o direito fundamental à saúde e à vida, especialmente em contextos de maior vulnerabilidade social, como o das populações indígenas. A garantia de acesso à água potável e segura constitui medida básica de saúde pública, alinhada às diretrizes da Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas, bem como aos princípios da eficiência, do interesse público e do desenvolvimento sustentável previstos na Lei nº 14.133/2021.

2.3. A problemática central consiste no risco de comprometimento da continuidade do processo de desinfecção da água, o que pode resultar na distribuição de água imprópria para consumo humano. Tal cenário eleva significativamente o risco de ocorrência e disseminação de doenças de veiculação hídrica, como diarreias, hepatites virais e parasitoses, impactando negativamente a saúde das comunidades, sobretudo de grupos mais vulneráveis, como crianças e idosos.

2.4. A eventual interrupção ou ineficiência do processo de cloração tende a agravar condições sanitárias já sensíveis nas aldeias, ampliando desigualdades em saúde e contrariando diretrizes nacionais e compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, especialmente aqueles relacionados à promoção da saúde e ao acesso universal ao saneamento básico.

2.5. Dessa forma, evidencia-se a necessidade de adoção de medidas que assegurem a continuidade, regularidade e efetividade do processo de desinfecção da água, como condição indispensável para a proteção da saúde coletiva, a prevenção de agravos evitáveis e a promoção da dignidade das populações indígenas atendidas.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SESANI/MGES	DANIEL BISPO DA SILVA

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. A contratação deverá atender aos seguintes requisitos mínimos, observando aspectos técnicos, legais, operacionais, sanitários e socioambientais aplicáveis ao contexto da saúde indígena e ao atendimento do DSEI/MGES:

4.1.1. Execução da contratação

Hipoclorito De Sódio

- Aspecto Físico: Líquido Amarelo Esverdeado.
- Concentração: Teor Mínimo De 12 % De Cloro Ativo.
- Características Adicionais: Produto Concentrado, Não Estabilizado.
- Aplicação no tratamento de água potável.
- Fracionado em galões de 50 litros.
- Prazo mínimo de validade 06 (seis) meses a partir da data de entrega.

Sustentabilidade

4.2. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (6ª edição, 2023) e no Plano Diretor de Logística Sustentável do Ministério da Saúde:

4.2.1. O Hipoclorito de Sódio deverá ser fornecido em embalagens recicláveis ou retornáveis, observando normas de segurança para o transporte e armazenamento de produtos químicos, de modo a reduzir impactos ambientais.

4.2.2. O fornecedor deverá comprovar que adota práticas de logística reversa para destinação final adequada das embalagens, em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).

4.2.3. O produto deverá atender às normas da ANVISA, do Ministério da Saúde e demais órgãos de regulamentação, assegurando padrões mínimos de qualidade, eficácia e segurança.

4.2.4. O transporte e armazenamento deverão observar procedimentos que minimizem riscos à saúde humana e ao meio ambiente, priorizando soluções que reduzam emissões de poluentes na cadeia logística.

4.1.5. Sempre que possível, deverá ser priorizada a aquisição de fornecedores que comprovem boas práticas ambientais, sociais e de governança (ESG), em alinhamento ao ODS nº 6 da Agenda 2030 da ONU, que trata do acesso universal à água potável e saneamento seguro.

Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133/2021)

4.2. Na presente contratação não será admitida a indicação de marcas, em observância ao disposto no art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, de forma a assegurar a ampla competitividade do certame.

Da vedação de contratação de marca ou produto

4.3. Diante das conclusões, a Administração não aceitará o fornecimento dos produtos nas seguintes condições:

4.3.1. Produtos fora do prazo de validade;

4.3.2. Produtos sem registro válido junto à ANVISA;

4.3.3. Produtos cujas embalagens não atendam às normas de segurança e transporte de produtos químicos ou sem rótulo padronizado conforme normas técnicas;

4.3.4. Produtos com aditivos não permitidos para uso em água destinada ao consumo humano.

Subcontratação

4.4. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.5. Nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, a exigência de garantia contratual é faculdade da Administração. No presente caso, opta-se pela não exigência, considerando tratar-se de aquisição de insumos para tratamento de água, com entrega de curto prazo, baixo risco à Administração e ampla oferta no mercado. A medida promove eficiência, economicidade e competitividade, evitando custos desnecessários aos licitantes.

5. Levantamento de Mercado

5.1. Opções de Soluções Disponíveis no Mercado com Potencial para Atender à Necessidade Conforme Requisitos da Contratação

5.1.1. Escolha da Solução Tecnológica

5.1.1.1. Solução Tecnológica 1 – Hipoclorito de Sódio (Líquido Concentrado, 12%)

O hipoclorito de sódio em solução líquida, com concentração mínima de 12% de cloro ativo, apresenta-se como a solução mais tradicional e consolidada no mercado nacional para desinfecção de água potável. Comercializado em galões de 50 litros, não estabilizado e com prazo mínimo de validade de 06 meses, trata-se de produto amplamente utilizado nos serviços de saúde pública e de saneamento.

- **Vantagens:**

- Alta eficácia na eliminação de microrganismos patogênicos, atendendo às normas de potabilidade da água.
- Disponibilidade ampla no mercado, com fornecedores devidamente registrados junto à ANVISA.
- Custo acessível, com excelente relação custo-benefício.
- Facilidade de transporte, manuseio e dosagem, compatível com a infraestrutura existente no DSEI /MGES.
- Possibilidade de adoção de práticas sustentáveis, como uso de embalagens recicláveis e logística reversa.

- **Desvantagens:**

- Prazo de validade relativamente curto, exigindo planejamento logístico e de armazenamento.
- Necessidade de condições adequadas de estocagem para evitar degradação da solução.

- Conclusão: A solução é plenamente viável e apresenta adequação técnica, econômica e regulatória para o atendimento da necessidade, sendo a principal alternativa para a contratação.

5.1.1.2. Solução Tecnológica 2 – Pastilhas de Cloro (Dicloro ou Tricloro Isocianurato)

As pastilhas sólidas de cloro são utilizadas em algumas situações de desinfecção de água, mas não possuem homologação ampla para uso contínuo no consumo humano.

- **Vantagens:**

- Maior prazo de validade (até 24 meses).

- Facilidade de armazenamento e transporte, especialmente em localidades remotas.
- **Desvantagens:**
 - Custo significativamente mais elevado em comparação ao hipoclorito líquido.
 - Produzem subprodutos não recomendados para uso contínuo em água potável.
 - Exigem ajustes técnicos de dosagem e maior capacitação de operadores.
 - Ausência de regulamentação ampla da ANVISA para fornecimento sistemático ao SUS.
- **Conclusão:** Apesar da praticidade logística, não se mostra solução tecnicamente adequada nem economicamente vantajosa, sendo inviável para a presente contratação.

5.1.1.3. Solução Tecnológica 3 – Geração Local de Cloro por Eletrocloração

Trata-se de tecnologia que permite a geração de hipoclorito de sódio in loco, a partir de sal e energia elétrica.

- **Vantagens:**
 - Reduz dependência de fornecimento externo de insumos.
 - Produção contínua e sob demanda.
- **Desvantagens:**
 - Elevado custo de aquisição e manutenção dos equipamentos.
 - Necessidade de energia elétrica constante, o que não é realidade em muitas aldeias indígenas.
 - Exige técnicos especializados para operação e manutenção.
 - Não atende à necessidade imediata, dada a urgência de continuidade no fornecimento.
- **Conclusão:** Embora seja uma solução inovadora, não se mostra viável no atual contexto, devendo ser considerada apenas em projetos de médio e longo prazo.

5.1.1.4. Escolha da Solução Tecnológica

Diante das opções analisadas, a escolha mais adequada para o atendimento da necessidade do DSEI/MGES é o hipoclorito de sódio líquido (12% de cloro ativo, não estabilizado, fracionado em galões de 50 litros, prazo mínimo de validade 06 meses), por se tratar da solução que melhor concilia eficácia sanitária, viabilidade econômica, disponibilidade no mercado e conformidade regulatória, além de atender aos requisitos de sustentabilidade previstos no objeto.

5.1.2. Escolha da Solução de Execução

5.1.2.1. Possibilidade de Atendimento por Meios Próprios do MS

Não é viável, uma vez que o Ministério da Saúde não dispõe de capacidade técnica, estrutura industrial ou logística para a produção de hipoclorito de sódio em escala adequada.

5.1.2.2. Contratação de Empresa Especializada

O mercado nacional apresenta ampla oferta de fornecedores devidamente capacitados e regulamentados para fornecimento do insumo, o que garante segurança jurídica, eficiência e economicidade, em conformidade com os arts. 5º, 11, VI e 18 da Lei nº 14.133/2021.

5.1.2.3. Escolha da Solução de Execução

Opta-se pela contratação de empresa especializada, por ser a forma mais eficiente, segura e economicamente viável.

5.1.3. Escolha da Solução de Forma de Seleção do Fornecedor

5.1.3.1. Possibilidade de Participação em IRP de outro órgão ou entidade

Apesar de vantajoso em razão da economia de escala, não há Indicação de Registro de Preços vigente para este objeto, conforme o Decreto nº 11.462/2023.

5.1.3.2. Possibilidade de Adesão a ARP de outro órgão ou entidade

Não existem Atas de Registro de Preços disponíveis que atendam às especificações técnicas exigidas, inviabilizando a adesão, conforme o Decreto nº 11.462/2023.

5.1.3.3. Enquadramento nas hipóteses de Contratação Direta

Não se verifica enquadramento nos casos de inexigibilidade ou dispensa previstos nos arts. 74 e 75 da Lei nº 14.133/2021.

- **5.1.3.3.1. Inexigibilidade de Licitação:** Inaplicável, pois não há inviabilidade de competição.
- **5.1.3.3.2. Dispensa de Licitação:** Inaplicável, pois não se enquadra nas hipóteses legais.

5.1.3.4. Realização de Licitação

Considerando tratar-se de bem comum, padronizado e amplamente ofertado no mercado, a forma adequada de seleção é a licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, critério de menor preço por item, modo de disputa aberto, conforme arts. 28, 29 e 56 da Lei nº 14.133/2021.

5.1.3.5. Escolha da Solução de Forma de Seleção do Fornecedor

A escolha recai sobre a licitação na modalidade Pregão Eletrônico, que garante ampla competitividade, transparência e economicidade.

5.1.4. Escolha da Solução de Forma de Contratação

5.1.4.1. Sistema de Registro de Preços (SRP)

Embora aplicável a aquisições recorrentes, não é a forma mais adequada, dada a urgência e a especificidade da demanda.

5.1.4.2. Contrato de Fornecimento Contínuo

É a solução mais adequada, pois assegura fornecimento periódico e regular, em conformidade com o art. 106 da Lei nº 14.133/2021, garantindo a continuidade da cloração da água nas comunidades indígenas.

5.1.4.3. Contrato de Serviço Continuado

Inaplicável, pois trata-se de aquisição de insumo.

5.1.4.4. Contratação de Serviço Não Continuado

Inaplicável ao objeto em análise.

5.1.4.5. Escolha da Solução de Forma de Contratação

A forma escolhida é o Contrato de Fornecimento Contínuo, que melhor assegura o atendimento da necessidade de forma estável, regular e econômica.

5.4. Adequação entre a Solução Escolhida e o Potencial em Atender à Necessidade

A contratação de hipoclorito de sódio líquido (12%), via fornecimento contínuo, é adequada e plenamente capaz de atender às necessidades do DSEI/MGES. Garante eficiência técnica, conformidade regulatória, redução de riscos

sanitários e sustentabilidade, cumprindo os princípios da economicidade, interesse público e eficiência previstos na Lei nº 14.133/2021.

5.5. Adequação entre a Modalidade de Contratação, Licitação, Critério de Julgamento e Modo de Disputa

A solução definida (fornecimento contínuo) é coerente com a seleção por Pregão Eletrônico, critério de menor preço por item, modo de disputa aberto, em conformidade com os arts. 28, 29 e 56 da Lei nº 14.133/2021, assegurando competitividade, transparência e economicidade.

Conclusão Final:

A forma de contratação mais adequada é o Contrato de Fornecimento Contínuo, nos termos do art. 106 da Lei nº 14.133/2021, com seleção do fornecedor por Pregão Eletrônico, critério de menor preço por item, modo de disputa aberto.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. A solução escolhida para atendimento da necessidade identificada consiste na aquisição de Hipoclorito de Sódio líquido, com teor mínimo de 12% de cloro ativo, não estabilizado, acondicionado em galões de 50 litros, destinado ao tratamento de água para consumo humano nas aldeias indígenas sob responsabilidade do DSEI/MGES, mediante contratação de empresa especializada, selecionada por meio de licitação na modalidade Pregão Eletrônico, sob regime de fornecimento contínuo.

6.2. A definição da solução decorre de criteriosa análise técnica, sanitária, econômica e operacional, realizada nos termos do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, que estabelece a obrigatoriedade do planejamento nas contratações públicas, bem como em conformidade com a Instrução Normativa SEGES nº 58/2022, que determina que a solução selecionada seja descrita de maneira completa, integrada e suficiente para demonstrar sua adequação ao atendimento da necessidade administrativa.

6.3. A solução compreende o fornecimento regular e programado de insumo químico essencial ao processo de desinfecção da água distribuída às comunidades indígenas, assegurando a manutenção dos padrões de potabilidade exigidos pela legislação sanitária vigente e garantindo a proteção da saúde coletiva.

6.4. O produto a ser fornecido deverá apresentar as seguintes características técnicas: Hipoclorito de Sódio em solução líquida, aspecto amarelo esverdeado, concentração mínima de 12% de cloro ativo, produto concentrado e não estabilizado, acondicionado em galões de 50 litros, com prazo mínimo de validade de 06 meses a partir da data de entrega e registro válido junto à ANVISA, atendendo integralmente às normas aplicáveis ao tratamento de água destinada ao consumo humano.

6.5. A solução contempla não apenas o fornecimento do insumo, mas um conjunto integrado de obrigações contratuais que asseguram sua correta utilização, armazenamento e logística, de modo a preservar suas propriedades químicas e garantir eficiência no processo de cloração.

6.6. O fornecimento ocorrerá de forma contínua, conforme cronograma previamente estabelecido pela Administração, considerando o consumo médio mensal das aldeias atendidas, a capacidade de armazenamento disponível, as condições logísticas regionais e o prazo de validade do produto, evitando tanto o risco de desabastecimento quanto o armazenamento excessivo que possa comprometer a estabilidade do insumo.

6.7. A execução contratual incluirá a responsabilidade do fornecedor quanto ao transporte seguro do produto, observando as normas aplicáveis ao transporte de produtos químicos, com embalagens adequadas, rotulagem padronizada, identificação de risco e adoção de medidas que minimizem impactos ambientais e riscos à saúde humana.

6.8. A solução incorpora critérios de sustentabilidade ambiental, exigindo que o produto seja fornecido em embalagens recicláveis ou retornáveis, com comprovação de práticas de logística reversa para destinação final ambientalmente adequada, em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos, além de incentivar a seleção de fornecedores que adotem boas práticas ambientais, sociais e de governança.

6.9. A opção pela contratação de empresa especializada fundamenta-se na inexistência de capacidade técnica, estrutural e industrial do Ministério da Saúde para produção própria do insumo, sendo esta a alternativa que melhor assegura eficiência administrativa, economicidade e segurança sanitária.

6.10. A escolha do fornecimento contínuo como forma de contratação garante previsibilidade orçamentária, estabilidade operacional e continuidade da política pública de saneamento em áreas indígenas, prevenindo interrupções que poderiam gerar graves impactos à saúde coletiva.

6.11. O contrato deverá prever mecanismos rigorosos de controle de qualidade no ato do recebimento, incluindo verificação do teor de cloro ativo, inspeção das condições das embalagens, conferência do prazo de validade e comprovação do registro sanitário, assegurando que o produto entregue esteja plenamente apto ao uso.

6.12. A solução está em consonância com os princípios da eficiência, da economicidade, do interesse público e do desenvolvimento nacional sustentável previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, além de respeitar a vedação de indicação de marca estabelecida no art. 41, inciso I, da mesma norma, garantindo ampla competitividade ao certame.

6.13. A implementação da solução permitirá a continuidade do processo de desinfecção da água nas aldeias indígenas, reduzindo significativamente o risco de disseminação de doenças de veiculação hídrica, como diarreias, hepatites e parasitoses, enfermidades que historicamente impactam de forma mais intensa populações em situação de vulnerabilidade.

6.14. Sob a perspectiva econômica, a solução revela-se vantajosa por priorizar ações preventivas de saúde pública, reduzindo despesas hospitalares e tratamentos de média e alta complexidade decorrentes de doenças evitáveis, configurando medida de elevada relação custo-benefício.

6.15. Sob a ótica operacional, a solução apresenta plena compatibilidade com a infraestrutura existente no DSEI /MGES, não exigindo investimentos adicionais em equipamentos ou adaptações estruturais significativas, o que reforça sua viabilidade imediata.

6.16. Sob o aspecto socioambiental, a solução contribui para a promoção da equidade sanitária e para o cumprimento das metas relacionadas ao acesso à água potável e ao saneamento seguro, alinhando-se às diretrizes de sustentabilidade incorporadas às contratações públicas modernas.

6.17. Conclui-se que a solução descrita é integral, tecnicamente adequada, economicamente vantajosa, juridicamente segura e operacionalmente viável, sendo plenamente capaz de atender à necessidade identificada no âmbito do DSEI /MGES, assegurando a continuidade do tratamento da água e a proteção da saúde das comunidades indígenas.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

O levantamento do quantitativo de Hipoclorito de Sódio necessário à presente contratação foi realizado com base em parâmetros técnicos concretos e diretamente vinculados às atividades de monitoramento e tratamento da água potável no âmbito do Distrito Sanitário Especial Indígena de Minas Gerais e Espírito Santo (DSEI/MGES).

7.1. Atualmente, o DSEI/MGES é responsável pela cobertura de 99 aldeias, distribuídas em 19 municípios, que juntas somam uma população estimada em 17.839 indígenas. Nessas localidades, são executadas mensalmente visitas técnicas com o objetivo de assegurar o cumprimento do programa de monitoramento da qualidade da água, em consonância com as diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS) e da Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (PNASPI). Esse processo gera, em média, 5.520 coletas anuais de amostras de água, correspondendo a aproximadamente 460 coletas mensais em diferentes comunidades. Cada coleta está vinculada ao processo de cloração da água, o que torna o uso do Hipoclorito de Sódio indispensável para garantir a potabilidade e a segurança hídrica.

7.2. A estimativa de consumo de cloro foi elaborada a partir do levantamento realizado junto às aldeias dos municípios atendidos, contemplando tanto o uso destinado ao tratamento de água para consumo humano, quanto às atividades de limpeza de reservatórios. O quantitativo consolidado corresponde a 49.050 litros/ano, equivalente a 981 galões de 50 litros. (Vide Item 7.4 Memorial de Cálculo)

Esse valor reflete a soma das necessidades anuais identificadas em cada aldeia, conforme quadro demonstrativo, garantindo a adequação da quantidade estimada ao consumo real. Considerou-se ainda o perfil físico-químico da água bruta captada, que em diversas localidades apresenta elevado teor de ferro, exigindo dosagens adicionais do agente oxidante para garantir eficiência no tratamento. Assim, a contratação deverá considerar esse montante total, de forma a assegurar o fornecimento contínuo do produto, possibilitando a manutenção da qualidade da água distribuída e a execução das rotinas de higienização dos reservatórios.

Município/UF	SAA/Aldeia	Quantidade de galões de 50 Litros /Ano	Litros/Ano		
Aracruz/ES	Pau Brasil	31	1550		
	Olhos D'Água	3	150		
	Comboios	16	800		
Bertópolis/MG	Vila Nova	104	5200		
	Maravilha	11	550		
	Cachoeira	10	500		
Santa Helena de Minas/MG	Tarcílio	22	1100		
	Joviel	104	5200		
	Kokiti	22	1100		
Teófilo Otoni/MG	Escola Floresta	37	1850		
Campanário/MG	Córrego do Pezinho	14	700		
Açucena/MG	Gerú Tucunã	4	200		
Carmésia/MG	Sede	5	250		
Guanhães/MG	Mirueira Pataxó	3	150		
Caldas/MG	Xukuru	5	250		
Martinho Campos/MG	Capão do Zezinho	3	150		
São João das Missões/MG	Morro Falhado	28	1400		
	Sapé	20	1000		
	Riacho dos Buritis	8	400		
	Sumaré I	26	1300		
	Sumaré III	193	9650		
	Olhos D'Água dos Pimentas	16	800		
	Rancharia	44	2200		
	Riachinho	116	5800		
	Brejinho	17	850		
	Caatinguinha	27	1350		
			Limpeza de Reservatórios	92	4600
TOTAL		981	49050		

7.3 O insumo será adquirido na forma de galões de 50 litros cada, de modo a facilitar a logística de transporte, armazenagem e distribuição nas aldeias, assegurando o controle do consumo e minimizando perdas durante o manuseio. Além disso, esse fracionamento atende aos requisitos de segurança para o transporte de produtos químicos e possibilita maior flexibilidade na gestão dos estoques em diferentes localidades.

Assim, o quantitativo definido mostra-se tecnicamente justificado, proporcional à demanda real, adequado ao perfil da população atendida e coerente com o planejamento logístico do DSEI/MGES. Ressalta-se, por fim, que a estimativa foi elaborada em conformidade com o art. 18 da Lei nº 14.133/2021, que impõe à Administração a responsabilidade de planejar de forma criteriosa suas contratações, de modo a evitar tanto o desabastecimento quanto o desperdício de recursos públicos.

7.4 Memorial de Cálculo

7.4.1 Sistemas de Abastecimento de Água que utilizam Bomba Dosadora de Hipoclorito de Sódio

7.4.1.1 Sistema de Abastecimento de Água – Aldeia Pau Brasil – Aracruz/ES

Poço 01 – Vazão: $3,3 \text{ m}^3/\text{h} \times 13\text{h}/\text{dia}$ (funcionamento da bomba) = $42,9 \text{ m}^3/\text{dia}$

Poço 02 – Vazão: $4,8 \text{ m}^3/\text{h} \times 13\text{h}/\text{dia}$ (funcionamento da bomba) = $62,4 \text{ m}^3/\text{dia}$

Poço 03 – Vazão: $4,8 \text{ m}^3/\text{h} \times 13\text{h}/\text{dia}$ (funcionamento da bomba) = $62,4 \text{ m}^3/\text{dia}$

Vazão de produção = $167,7 \text{ m}^3/\text{dia}$ = $167.700 \text{ L}/\text{dia}$

Dosagem alvo = $3,0 \text{ mg}/\text{L}$ de cloro ativo

Produto comercial = **12% cloro ativo** → **120 g de cloro ativo por litro de solução (12% m/V = 120 g/L).**

Ano = **365 dias**

Cálculo

1. Demanda diária de cloro ativo (mg → g)

$$167.700 \text{ L}/\text{dia} \times 3,0 \text{ mg}/\text{L} = 503.100 \text{ mg}/\text{dia} = \mathbf{503,1 \text{ g}/\text{dia}}.$$

2. Demanda anual de cloro ativo (g/ano)

$$503,1 \text{ g}/\text{dia} \times 365 \text{ dias} = \mathbf{183.631,5 \text{ g}/\text{ano} \approx 183,6315 \text{ kg}/\text{ano}}.$$

3. Volume de solução 12% necessário por ano (L):

$$183.631,5 \text{ g} \div (120 \text{ g}/\text{L}) = \mathbf{1.530,2625 \text{ L}/\text{ano}}.$$

4. Número de galões de **50 L** por ano:

$$1.530,2625 \text{ L} \div 50 \text{ L}/\text{galão} = \mathbf{30,60525 \text{ galões}/\text{ano} \rightarrow \text{arredondando comercial: } 31 \text{ galões}/\text{ano}}.$$

7.4.1.2 Sistema de Abastecimento de Água – Aldeia Olhos D'Água – Aracruz/ES

Vazão: $1,0 \text{ m}^3/\text{h} \times 12\text{h}/\text{dia}$ (funcionamento da bomba) = $12 \text{ m}^3/\text{dia}$

Vazão de produção = $12 \text{ m}^3/\text{dia}$ = $12.000 \text{ L}/\text{dia}$

Dosagem alvo = $3,0 \text{ mg}/\text{L}$ de cloro ativo

Produto comercial = **12% cloro ativo** → **120 g de cloro ativo por litro de solução (12% m/V = 120 g/L).**

Ano = **365 dias**

Cálculo

1. Demanda diária de cloro ativo (mg → g)
 $12.000 \text{ L/dia} \times 3,0 \text{ mg/L} = 36.000 \text{ mg/dia} = \mathbf{36 \text{ g/dia.}}$
2. Demanda anual de cloro ativo (g/ano)
 $36 \text{ g/dia} \times 365 \text{ dias} = 13.140 \text{ g/ano} = \mathbf{13,14 \text{ kg/ano.}}$
3. Volume de solução 12% necessário por ano (L/ano)
 $13.140 \text{ g} \div 120 \text{ g/L} = \mathbf{109,5 \text{ L/ano.}}$
4. Número de galões de **50 L** por ano
 $109,5 \text{ L} \div 50 \text{ L/galão} = \mathbf{2,19 \text{ galões/ano}} \rightarrow \text{arredondamento comercial: } \mathbf{3 \text{ galões/ano}}$

7.4.1.3 Sistema de Abastecimento de Água – Aldeia Comboios – Aracruz/ES

Vazão: $4,0 \text{ m}^3/\text{h} \times 13\text{h/dia}$ (funcionamento da bomba) = $52 \text{ m}^3/\text{dia}$

Vazão de produção = $52 \text{ m}^3/\text{dia} = 52.000 \text{ L/dia}$

Dosagem alvo = $5,0 \text{ mg/L}$ de cloro ativo

Produto comercial = **12% cloro ativo** → **120 g de cloro ativo por litro de solução (12% m/V = 120 g/L).**

Ano = **365 dias**

Cálculo

1. Demanda diária de cloro ativo (mg → g)
 $52.000 \text{ L/dia} \times 5,0 \text{ mg/L} = 260.000 \text{ mg/dia} = \mathbf{260 \text{ g/dia.}}$
2. Demanda anual de cloro ativo (g/ano)
 $260 \text{ g/dia} \times 365 \text{ dias} = 94.900 \text{ g/ano} = \mathbf{94,90 \text{ kg/ano.}}$
3. Volume de solução 12% necessário por ano (L/ano)
 $94.900 \text{ g} \div 120 \text{ g/L} = \mathbf{790,83 \text{ L/ano.}}$
4. Número de galões de **50 L** por ano
 $790,83 \text{ L} \div 50 \text{ L/galão} = \mathbf{15,82 \text{ galões/ano}} \rightarrow \text{arredondamento comercial: } \mathbf{16 \text{ galões/ano}}$

7.4.1.4 Sistema de Abastecimento de Água – Aldeia Vila Nova – Bertópolis/MG

Vazão: $10 \text{ m}^3/\text{h} \times 20 \text{ h/dia}$ (funcionamento da bomba) = $200 \text{ m}^3/\text{dia}$

Vazão de produção = $200 \text{ m}^3/\text{dia} = 200.000 \text{ L/dia}$

Dosagem alvo = $8,55 \text{ mg/L}$ de cloro ativo

Produto comercial = **12% cloro ativo** → **120 g de cloro ativo por litro de solução (12% m/V = 120 g/L).**

Ano = **365 dias**

Cálculo

1. Demanda diária de cloro ativo (mg → g)
 $200.000 \text{ L/dia} \times 8,55 \text{ mg/L} = 1.710.000 \text{ mg/dia} = \mathbf{1.710 \text{ g/dia.}}$
2. Demanda anual de cloro ativo (g/ano)
 $1.710 \text{ g/dia} \times 365 \text{ dias} = 624.150 \text{ g/ano} = \mathbf{624,15 \text{ kg/ano.}}$
3. Volume de solução 12% necessário por ano (L/ano)
 $624.150 \text{ g} \div 120 \text{ g/L} = 5.201,25 \text{ L/ano} \approx \mathbf{5.200 \text{ L/ano}}$
4. Número de galões de **50 L** por ano
 $5.200 \text{ L} \div 50 \text{ L/galão} = \mathbf{104 \text{ galões/ano}}$

7.4.1.5 Sistema de Abastecimento de Água – Aldeia Maravilha – Bertópolis/MG

Vazão: $3,0 \text{ m}^3/\text{h} \times 20 \text{ h/dia}$ (funcionamento da bomba) = $60 \text{ m}^3/\text{dia}$

Vazão de produção = $60 \text{ m}^3/\text{dia} = 60.000 \text{ L/dia}$

Dosagem alvo = $3,0 \text{ mg/L}$ de cloro ativo

Produto comercial = **12% cloro ativo** → **120 g de cloro ativo por litro de solução ($12\% \text{ m/V} = 120 \text{ g/L}$)**.

Ano = **365 dias**

Cálculo

1. Demanda diária de cloro ativo (mg → g)
 $60.000 \text{ L/dia} \times 3,0 \text{ mg/L} = 180.000 \text{ mg/dia} = \mathbf{180 \text{ g/dia}}$.
2. Demanda anual de cloro ativo (g/ano)
 $180 \text{ g/dia} \times 365 \text{ dias} = 65.700 \text{ g/ano} = \mathbf{65,7 \text{ kg/ano}}$.
3. Volume de solução 12% necessário por ano (L/ano)
 $65.700 \text{ g} \div 120 \text{ g/L} = \mathbf{547,5 \text{ L/ano}}$.
4. Número de galões de **50 L** por ano
 $547,5 \text{ L} \div 50 \text{ L/galão} = \mathbf{10,95 \text{ galões/ano}} \rightarrow \text{arredondamento comercial: } \mathbf{11 \text{ galões/ano}}$

7.4.1.6 Sistema de Abastecimento de Água – Aldeia Cachoeira – Bertópolis/MG

Vazão: $2,5 \text{ m}^3/\text{h} \times 20 \text{ h/dia}$ (funcionamento da bomba) = $50 \text{ m}^3/\text{dia}$

Vazão de produção = $50 \text{ m}^3/\text{dia} = 50.000 \text{ L/dia}$

Dosagem alvo = $3,0 \text{ mg/L}$ de cloro ativo

Produto comercial = **12% cloro ativo** → **120 g de cloro ativo por litro de solução ($12\% \text{ m/V} = 120 \text{ g/L}$)**.

Ano = **365 dias**

Cálculo

1. Demanda diária de cloro ativo (mg → g)
 $50.000 \text{ L/dia} \times 3,0 \text{ mg/L} = 150.000 \text{ mg/dia} = \mathbf{150 \text{ g/dia}}$.
2. Demanda anual de cloro ativo (g/ano)
 $150 \text{ g/dia} \times 365 \text{ dias} = 54.750 \text{ g/ano} = \mathbf{54,75 \text{ kg/ano}}$.
3. Volume de solução 12% necessário por ano (L/ano)
 $54.750 \text{ g} \div 120 \text{ g/L} = \mathbf{456,25 \text{ L/ano}}$.
4. Número de galões de **50 L** por ano
 $456,25 \text{ L} \div 50 \text{ L/galão} = \mathbf{9.125 \text{ galões/ano}} \rightarrow \text{arredondamento comercial: } \mathbf{10 \text{ galões/ano}}$

7.4.1.7 Sistema de Abastecimento de Água – Aldeia Tarcílio – Santa Helena de Minas/MG

Vazão: $6,0 \text{ m}^3/\text{h} \times 20 \text{ h/dia}$ (funcionamento da bomba) = $120 \text{ m}^3/\text{dia}$

Vazão de produção = $120 \text{ m}^3/\text{dia} = 120.000 \text{ L/dia}$

Dosagem alvo = $3,0 \text{ mg/L}$ de cloro ativo

Produto comercial = **12% cloro ativo** → **120 g de cloro ativo por litro de solução ($12\% \text{ m/V} = 120 \text{ g/L}$)**.

Ano = **365 dias**

Cálculo

1. Demanda diária de cloro ativo (mg → g)
 $120.000 \text{ L/dia} \times 3,0 \text{ mg/L} = 360.000 \text{ mg/dia} = \mathbf{360 \text{ g/dia.}}$
2. Demanda anual de cloro ativo (g/ano)
 $360 \text{ g/dia} \times 365 \text{ dias} = 131.400 \text{ g/ano} = \mathbf{131,4 \text{ kg/ano.}}$
3. Volume de solução 12% necessário por ano (L/ano)
 $131.400 \text{ g} \div 120 \text{ g/L} = \mathbf{1.095 \text{ L/ano.}}$
4. Número de galões de **50 L** por ano
 $456,25 \text{ L} \div 50 \text{ L/galão} = \mathbf{21,9 \text{ galões/ano}} \rightarrow \text{arredondamento comercial: } \mathbf{22 \text{ galões/ano}}$

7.4.1.8 Sistema de Abastecimento de Água – Aldeia Joviel – Santa Helena de Minas/MG

Vazão: $10 \text{ m}^3/\text{h} \times 20 \text{ h/dia}$ (funcionamento da bomba) = $200 \text{ m}^3/\text{dia}$

Vazão de produção = $200 \text{ m}^3/\text{dia} = 200.000 \text{ L/dia}$

Dosagem alvo = $8,55 \text{ mg/L}$ de cloro ativo

Produto comercial = **12% cloro ativo** → **120 g de cloro ativo por litro de solução (12% m/V = 120 g/L).**

Ano = **365 dias**

Cálculo

1. Demanda diária de cloro ativo (mg → g)
 $200.000 \text{ L/dia} \times 8,55 \text{ mg/L} = 1.710.000 \text{ mg/dia} = \mathbf{1.710 \text{ g/dia.}}$
2. Demanda anual de cloro ativo (g/ano)
 $1.710 \text{ g/dia} \times 365 \text{ dias} = 624.150 \text{ g/ano} = \mathbf{624,15 \text{ kg/ano.}}$
3. Volume de solução 12% necessário por ano (L/ano)
 $624.150 \text{ g} \div 120 \text{ g/L} = 5.201,25 \text{ L/ano} \approx \mathbf{5.200 \text{ L/ano}}$
4. Número de galões de **50 L** por ano
 $5.200 \text{ L} \div 50 \text{ L/galão} = \mathbf{104 \text{ galões/ano}}$

7.4.1.9 Sistema de Abastecimento de Água – Aldeia Kokiti – Santa Helena de Minas/MG

Vazão: $6,0 \text{ m}^3/\text{h} \times 20 \text{ h/dia}$ (funcionamento da bomba) = $120 \text{ m}^3/\text{dia}$

Vazão de produção = $120 \text{ m}^3/\text{dia} = 120.000 \text{ L/dia}$

Dosagem alvo = $3,0 \text{ mg/L}$ de cloro ativo

Produto comercial = **12% cloro ativo** → **120 g de cloro ativo por litro de solução (12% m/V = 120 g/L).**

Ano = **365 dias**

Cálculo

1. Demanda diária de cloro ativo (mg → g)
 $120.000 \text{ L/dia} \times 3,0 \text{ mg/L} = 360.000 \text{ mg/dia} = \mathbf{360 \text{ g/dia.}}$
2. Demanda anual de cloro ativo (g/ano)
 $360 \text{ g/dia} \times 365 \text{ dias} = 131.400 \text{ g/ano} = \mathbf{131,4 \text{ kg/ano.}}$

3. Volume de solução 12% necessário por ano (L/ano)
 $131.400 \text{ g} \div 120 \text{ g/L} = \mathbf{1.095 \text{ L/ano.}}$
4. Número de galões de **50 L** por ano
 $456,25 \text{ L} \div 50 \text{ L/galão} = \mathbf{21,9 \text{ galões/ano}} \rightarrow \text{arredondamento comercial: } \mathbf{22 \text{ galões/ano}}$

7.4.1.10 Sistema de Abastecimento de Água – Aldeia Escola Floresta – Teófilo Otoni/MG

Vazão: $10 \text{ m}^3/\text{h} \times 20 \text{ h/dia}$ (funcionamento da bomba) = $200 \text{ m}^3/\text{dia}$

Vazão de produção = $200 \text{ m}^3/\text{dia} = 200.000 \text{ L/dia}$

Dosagem alvo = $3,0 \text{ mg/L}$ de cloro ativo

Produto comercial = **12% cloro ativo** \rightarrow **120 g de cloro ativo por litro de solução ($12\% \text{ m/V} = 120 \text{ g/L}$).**

Ano = **365 dias**

Cálculo

1. Demanda diária de cloro ativo (mg \rightarrow g)
 $200.000 \text{ L/dia} \times 3,0 \text{ mg/L} = 600.000 \text{ mg/dia} = \mathbf{600 \text{ g/dia.}}$
2. Demanda anual de cloro ativo (g/ano)
 $600 \text{ g/dia} \times 365 \text{ dias} = 219.000 \text{ g/ano} = \mathbf{219 \text{ kg/ano.}}$
3. Volume de solução 12% necessário por ano (L/ano)
 $219.000 \text{ g} \div 120 \text{ g/L} = \mathbf{1.825 \text{ L/ano.}}$
4. Número de galões de **50 L** por ano
 $456,25 \text{ L} \div 50 \text{ L/galão} = \mathbf{36,5 \text{ galões/ano}} \rightarrow \text{arredondamento comercial: } \mathbf{37 \text{ galões/ano}}$

7.4.1.11 Sistema de Abastecimento de Água – Aldeia Córrego do Pezinho – Campanário/MG

Vazão: $6,6 \text{ m}^3/\text{h} \times 12 \text{ h/dia}$ (funcionamento da bomba) = $72 \text{ m}^3/\text{dia}$

Vazão de produção = $72 \text{ m}^3/\text{dia} = 72.000 \text{ L/dia}$

Dosagem alvo = $3,0 \text{ mg/L}$ de cloro ativo

Produto comercial = **12% cloro ativo** \rightarrow **120 g de cloro ativo por litro de solução ($12\% \text{ m/V} = 120 \text{ g/L}$).**

Ano = **365 dias**

Cálculo

1. Demanda diária de cloro ativo (mg \rightarrow g)
 $72.000 \text{ L/dia} \times 3,0 \text{ mg/L} = 216.000 \text{ mg/dia} = \mathbf{216 \text{ g/dia.}}$
2. Demanda anual de cloro ativo (g/ano)
 $216 \text{ g/dia} \times 365 \text{ dias} = 78.840 \text{ g/ano} = \mathbf{78,84 \text{ kg/ano.}}$
3. Volume de solução 12% necessário por ano (L/ano)
 $78.840 \text{ g} \div 120 \text{ g/L} = \mathbf{657 \text{ L/ano.}}$
4. Número de galões de **50 L** por ano
 $657 \text{ L} \div 50 \text{ L/galão} = \mathbf{13,14 \text{ galões/ano}} \rightarrow \text{arredondamento comercial: } \mathbf{14 \text{ galões/ano}}$

7.4.1.12 Sistema de Abastecimento de Água – Aldeia Gerú Tucunã – Açucena/MG

Vazão: $1,5 \text{ m}^3/\text{h} \times 12 \text{ h/dia}$ (funcionamento da bomba) = $18 \text{ m}^3/\text{dia}$

Vazão de produção = 18 m³/dia = 18.000 L/dia

Dosagem alvo = 3,0 mg/L de cloro ativo

Produto comercial = **12% cloro ativo** → **120 g de cloro ativo por litro de solução (12% m/V = 120 g/L).**

Ano = **365 dias**

Cálculo

1. Demanda diária de cloro ativo (mg → g)
 $18.000 \text{ L/dia} \times 3,0 \text{ mg/L} = 54.000 \text{ mg/dia} = \mathbf{54 \text{ g/dia.}}$
2. Demanda anual de cloro ativo (g/ano)
 $54 \text{ g/dia} \times 365 \text{ dias} = 19.710 \text{ g/ano} = \mathbf{19,71 \text{ kg/ano.}}$
3. Volume de solução 12% necessário por ano (L/ano)
 $19.710 \text{ g} \div 120 \text{ g/L} = \mathbf{164,25 \text{ L/ano.}}$
4. Número de galões de **50 L** por ano
 $164,25 \text{ L} \div 50 \text{ L/galão} = \mathbf{3,285 \text{ galões/ano}} \rightarrow \mathbf{\text{arredondamento comercial: 4 galões/ano}}$

7.4.1.13 Sistema de Abastecimento de Água – Aldeia Sede – Carmésia/MG

Vazão: $2,2 \text{ m}^3/\text{h} \times 12 \text{ h/dia}$ (funcionamento da bomba) = $26,4 \text{ m}^3/\text{dia}$

Vazão de produção = 26,4 m³/dia = 26.400 L/dia

Dosagem alvo = 3,0 mg/L de cloro ativo

Produto comercial = **12% cloro ativo** → **120 g de cloro ativo por litro de solução (12% m/V = 120 g/L).**

Ano = **365 dias**

Cálculo

1. Demanda diária de cloro ativo (mg → g)
 $26.400 \text{ L/dia} \times 3,0 \text{ mg/L} = 79.200 \text{ mg/dia} = \mathbf{79,2 \text{ g/dia.}}$
2. Demanda anual de cloro ativo (g/ano)
 $79,2 \text{ g/dia} \times 365 \text{ dias} = 28.908 \text{ g/ano} = \mathbf{28,91 \text{ kg/ano.}}$
3. Volume de solução 12% necessário por ano (L/ano)
 $28.908 \text{ g} \div 120 \text{ g/L} = \mathbf{240,9 \text{ L/ano.}}$
4. Número de galões de **50 L** por ano
 $240,9 \text{ L} \div 50 \text{ L/galão} = \mathbf{4,818 \text{ galões/ano}} \rightarrow \mathbf{\text{arredondamento comercial: 5 galões/ano}}$

7.4.1.14 Sistema de Abastecimento de Água – Aldeia Mirueira Pataxó – Guanhães/MG

Vazão: $1,1 \text{ m}^3/\text{h} \times 12 \text{ h/dia}$ (funcionamento da bomba) = $13,2 \text{ m}^3/\text{dia}$

Vazão de produção = 13,2 m³/dia = 13.200 L/dia

Dosagem alvo = 3,0 mg/L de cloro ativo

Produto comercial = **12% cloro ativo** → **120 g de cloro ativo por litro de solução (12% m/V = 120 g/L).**

Ano = **365 dias**

Cálculo

1. Demanda diária de cloro ativo (mg → g)
 $13.200 \text{ L/dia} \times 3,0 \text{ mg/L} = 39.600 \text{ mg/dia} = \mathbf{39,6 \text{ g/dia.}}$
2. Demanda anual de cloro ativo (g/ano)
 $39,6 \text{ g/dia} \times 365 \text{ dias} = 14.454 \text{ g/ano} = \mathbf{14,45 \text{ kg/ano.}}$
3. Volume de solução 12% necessário por ano (L/ano)
 $14.454 \text{ g} \div 120 \text{ g/L} = \mathbf{120,5 \text{ L/ano.}}$
4. Número de galões de **50 L** por ano
 $120,5 \text{ L} \div 50 \text{ L/galão} = \mathbf{2,41 \text{ galões/ano}} \rightarrow \text{arredondamento comercial: } \mathbf{3 \text{ galões/ano}}$

7.4.1.15 Sistema de Abastecimento de Água – Aldeia Xukuru – Caldas/MG

Vazão: $2,2 \text{ m}^3/\text{h} \times 12 \text{ h/dia}$ (funcionamento da bomba) = $26,4 \text{ m}^3/\text{dia}$

Vazão de produção = $26,4 \text{ m}^3/\text{dia} = 26.400 \text{ L/dia}$

Dosagem alvo = $3,0 \text{ mg/L}$ de cloro ativo

Produto comercial = **12% cloro ativo** → **120 g de cloro ativo por litro de solução ($12\% \text{ m/V} = 120 \text{ g/L}$).**

Ano = **365 dias**

Cálculo

1. Demanda diária de cloro ativo (mg → g)
 $26.400 \text{ L/dia} \times 3,0 \text{ mg/L} = 79.200 \text{ mg/dia} = \mathbf{79,2 \text{ g/dia.}}$
2. Demanda anual de cloro ativo (g/ano)
 $79,2 \text{ g/dia} \times 365 \text{ dias} = 28.908 \text{ g/ano} = \mathbf{28,91 \text{ kg/ano.}}$
3. Volume de solução 12% necessário por ano (L/ano)
 $28.908 \text{ g} \div 120 \text{ g/L} = \mathbf{240,9 \text{ L/ano.}}$
4. Número de galões de **50 L** por ano
 $240,9 \text{ L} \div 50 \text{ L/galão} = \mathbf{4,818 \text{ galões/ano}} \rightarrow \text{arredondamento comercial: } \mathbf{5 \text{ galões/ano}}$

7.4.1.16 Sistema de Abastecimento de Água – Aldeia Capão do Zezinho – Martinho Campos/MG

Vazão: $1,1 \text{ m}^3/\text{h} \times 12 \text{ h/dia}$ (funcionamento da bomba) = $13,2 \text{ m}^3/\text{dia}$

Vazão de produção = $13,2 \text{ m}^3/\text{dia} = 13.200 \text{ L/dia}$

Dosagem alvo = $3,0 \text{ mg/L}$ de cloro ativo

Produto comercial = **12% cloro ativo** → **120 g de cloro ativo por litro de solução ($12\% \text{ m/V} = 120 \text{ g/L}$).**

Ano = **365 dias**

Cálculo

1. Demanda diária de cloro ativo (mg → g)
 $13.200 \text{ L/dia} \times 3,0 \text{ mg/L} = 39.600 \text{ mg/dia} = \mathbf{39,6 \text{ g/dia.}}$
2. Demanda anual de cloro ativo (g/ano)
 $39,6 \text{ g/dia} \times 365 \text{ dias} = 14.454 \text{ g/ano} = \mathbf{14,45 \text{ kg/ano.}}$
3. Volume de solução 12% necessário por ano (L/ano)
 $14.454 \text{ g} \div 120 \text{ g/L} = \mathbf{120,5 \text{ L/ano.}}$
4. Número de galões de **50 L** por ano
 $120,5 \text{ L} \div 50 \text{ L/galão} = \mathbf{2,41 \text{ galões/ano}} \rightarrow \text{arredondamento comercial: } \mathbf{3 \text{ galões/ano}}$

7.4.1.17 Sistema de Abastecimento de Água – Aldeia Morro Falhado – São João das Missões/MG

Vazão: $12,5 \text{ m}^3/\text{h} \times 12 \text{ h/dia}$ (funcionamento da bomba) = $150 \text{ m}^3/\text{dia}$

Vazão de produção = $150 \text{ m}^3/\text{dia} = 150.000 \text{ L/dia}$

Dosagem alvo = $3,0 \text{ mg/L}$ de cloro ativo

Produto comercial = **12% cloro ativo** → **120 g de cloro ativo por litro de solução (12% m/V = 120 g/L).**

Ano = **365 dias**

Cálculo

1. Demanda diária de cloro ativo (mg → g)
 $150.000 \text{ L/dia} \times 3,0 \text{ mg/L} = 450.000 \text{ mg/dia} = \mathbf{450 \text{ g/dia.}}$
2. Demanda anual de cloro ativo (g/ano)
 $450 \text{ g/dia} \times 365 \text{ dias} = 164.250 \text{ g/ano} = \mathbf{164,25 \text{ kg/ano.}}$
3. Volume de solução 12% necessário por ano (L/ano)
 $164.250 \text{ g} \div 120 \text{ g/L} = \mathbf{1.368,75 \text{ L/ano.}}$
4. Número de galões de **50 L** por ano
 $1.368,75 \text{ L} \div 50 \text{ L/galão} = \mathbf{27,375 \text{ galões/ano}} \rightarrow \text{arredondamento comercial: } \mathbf{28 \text{ galões/ano}}$

7.4.1.18 Sistema de Abastecimento de Água – Aldeia Sapé – São João das Missões/MG

Vazão: $9,0 \text{ m}^3/\text{h} \times 12 \text{ h/dia}$ (funcionamento da bomba) = $108 \text{ m}^3/\text{dia}$

Vazão de produção = $108 \text{ m}^3/\text{dia} = 108.000 \text{ L/dia}$

Dosagem alvo = $3,0 \text{ mg/L}$ de cloro ativo

Produto comercial = **12% cloro ativo** → **120 g de cloro ativo por litro de solução (12% m/V = 120 g/L).**

Ano = **365 dias**

Cálculo

1. Demanda diária de cloro ativo (mg → g)
 $108.000 \text{ L/dia} \times 3,0 \text{ mg/L} = 324.000 \text{ mg/dia} = \mathbf{324 \text{ g/dia.}}$
2. Demanda anual de cloro ativo (g/ano)
 $324 \text{ g/dia} \times 365 \text{ dias} = 118.260 \text{ g/ano} = \mathbf{118,26 \text{ kg/ano.}}$
3. Volume de solução 12% necessário por ano (L/ano)
 $118.260 \text{ g} \div 120 \text{ g/L} = \mathbf{985,5 \text{ L/ano.}}$
4. Número de galões de **50 L** por ano
 $985,5 \text{ L} \div 50 \text{ L/galão} = \mathbf{19,71 \text{ galões/ano}} \rightarrow \text{arredondamento comercial: } \mathbf{20 \text{ galões/ano}}$

7.4.1.19 Sistema de Abastecimento de Água – Aldeia Riacho dos Buritis – São João das Missões/MG

Vazão: $3,3 \text{ m}^3/\text{h} \times 12 \text{ h/dia}$ (funcionamento da bomba) = $39,6 \text{ m}^3/\text{dia}$

Vazão de produção = $39,6 \text{ m}^3/\text{dia} = 39.600 \text{ L/dia}$

Dosagem alvo = $3,0 \text{ mg/L}$ de cloro ativo

Produto comercial = **12% cloro ativo** → **120 g de cloro ativo por litro de solução (12% m/V = 120 g/L).**

Ano = **365 dias**

Cálculo

1. Demanda diária de cloro ativo (mg → g)
 $39.600 \text{ L/dia} \times 3,0 \text{ mg/L} = 118.800 \text{ mg/dia} = \mathbf{118,8 \text{ g/dia.}}$
2. Demanda anual de cloro ativo (g/ano)
 $118,8 \text{ g/dia} \times 365 \text{ dias} = 43.362 \text{ g/ano} = \mathbf{43,362 \text{ kg/ano.}}$
3. Volume de solução 12% necessário por ano (L/ano)
 $43.362 \text{ g} \div 120 \text{ g/L} = \mathbf{361,35 \text{ L/ano.}}$
4. Número de galões de **50 L** por ano
 $361,35 \text{ L} \div 50 \text{ L/galão} = \mathbf{7,227 \text{ galões/ano}} \rightarrow \mathbf{\text{arredondamento comercial: 8 galões/ano}}$

7.4.1.20 Sistema de Abastecimento de Água – Aldeia Sumaré I – São João das Missões/MG

Vazão: $11,5 \text{ m}^3/\text{h} \times 12 \text{ h/dia}$ (funcionamento da bomba) = $138 \text{ m}^3/\text{dia}$

Vazão de produção = $138 \text{ m}^3/\text{dia} = 138.000 \text{ L/dia}$

Dosagem alvo = $3,0 \text{ mg/L}$ de cloro ativo

Produto comercial = **12% cloro ativo** → **120 g de cloro ativo por litro de solução (12% m/V = 120 g/L).**

Ano = **365 dias**

Cálculo

1. Demanda diária de cloro ativo (mg → g)
 $138.000 \text{ L/dia} \times 3,0 \text{ mg/L} = 414.000 \text{ mg/dia} = \mathbf{414 \text{ g/dia.}}$
2. Demanda anual de cloro ativo (g/ano)
 $414 \text{ g/dia} \times 365 \text{ dias} = 151.110 \text{ g/ano} = \mathbf{151,11 \text{ kg/ano.}}$
3. Volume de solução 12% necessário por ano (L/ano)
 $151.110 \text{ g} \div 120 \text{ g/L} = \mathbf{1.259,25 \text{ L/ano.}}$
4. Número de galões de **50 L** por ano
 $1.259,25 \text{ L} \div 50 \text{ L/galão} = \mathbf{25,19 \text{ galões/ano}} \rightarrow \mathbf{\text{arredondamento comercial: 26 galões/ano}}$

7.4.1.21 Sistema de Abastecimento de Água – Aldeia Sumaré III – São João das Missões/MG

Vazão: $88 \text{ m}^3/\text{h} \times 12 \text{ h/dia}$ (funcionamento da bomba) = $1.056 \text{ m}^3/\text{dia}$

Vazão de produção = $1.056 \text{ m}^3/\text{dia} = 1.056.000 \text{ L/dia}$

Dosagem alvo = $3,0 \text{ mg/L}$ de cloro ativo

Produto comercial = **12% cloro ativo** → **120 g de cloro ativo por litro de solução (12% m/V = 120 g/L).**

Ano = **365 dias**

Cálculo

1. Demanda diária de cloro ativo (mg → g)
 $1.056.000 \text{ L/dia} \times 3,0 \text{ mg/L} = 3.168.000 \text{ mg/dia} = \mathbf{3.168 \text{ g/dia.}}$

2. Demanda anual de cloro ativo (g/ano)
 $3.168 \text{ g/dia} \times 365 \text{ dias} = 1.156.320 \text{ g/ano} = \mathbf{1.156,32 \text{ kg/ano.}}$
3. Volume de solução 12% necessário por ano (L/ano)
 $1.156.320 \text{ g} \div 120 \text{ g/L} = \mathbf{9.636 \text{ L/ano.}}$
4. Número de galões de **50 L** por ano
 $9.636 \text{ L} \div 50 \text{ L/galão} = \mathbf{192,72 \text{ galões/ano}} \rightarrow \text{arredondamento comercial: } \mathbf{193 \text{ galões/ano}}$

7.4.1.22 Sistema de Abastecimento de Água – Aldeia Olhos D'Água dos Pimentas – São João das Missões/MG

Vazão: $6,99 \text{ m}^3/\text{h} \times 12 \text{ h/dia}$ (funcionamento da bomba) = $83,88 \text{ m}^3/\text{dia}$

Vazão de produção = $83,88 \text{ m}^3/\text{dia} = 83.880 \text{ L/dia}$

Dosagem alvo = $3,0 \text{ mg/L}$ de cloro ativo

Produto comercial = **12% cloro ativo** → **120 g de cloro ativo por litro de solução (12% m/V = 120 g/L).**

Ano = **365 dias**

Cálculo

1. Demanda diária de cloro ativo (mg → g)
 $83.880 \text{ L/dia} \times 3,0 \text{ mg/L} = 251.640 \text{ mg/dia} = \mathbf{251,64 \text{ g/dia.}}$
2. Demanda anual de cloro ativo (g/ano)
 $251,64 \text{ g/dia} \times 365 \text{ dias} = 91.850 \text{ g/ano} = \mathbf{91,85 \text{ kg/ano.}}$
3. Volume de solução 12% necessário por ano (L/ano)
 $91.850 \text{ g} \div 120 \text{ g/L} = \mathbf{765,42 \text{ L/ano.}}$
4. Número de galões de **50 L** por ano
 $765,42 \text{ L} \div 50 \text{ L/galão} = \mathbf{15,31 \text{ galões/ano}} \rightarrow \text{arredondamento comercial: } \mathbf{16 \text{ galões/ano}}$

7.4.1.23 Sistema de Abastecimento de Água – Aldeia Rancharia – São João das Missões/MG

Vazão: $19,8 \text{ m}^3/\text{h} \times 12 \text{ h/dia}$ (funcionamento da bomba) = $237,6 \text{ m}^3/\text{dia}$

Vazão de produção = $237,6 \text{ m}^3/\text{dia} = 237.600 \text{ L/dia}$

Dosagem alvo = $3,0 \text{ mg/L}$ de cloro ativo

Produto comercial = **12% cloro ativo** → **120 g de cloro ativo por litro de solução (12% m/V = 120 g/L).**

Ano = **365 dias**

Cálculo

1. Demanda diária de cloro ativo (mg → g)
 $237.600 \text{ L/dia} \times 3,0 \text{ mg/L} = 712.800 \text{ mg/dia} = \mathbf{712,8 \text{ g/dia.}}$
2. Demanda anual de cloro ativo (g/ano)
 $712,8 \text{ g/dia} \times 365 \text{ dias} = 260.172 \text{ g/ano} = \mathbf{260,17 \text{ kg/ano.}}$
3. Volume de solução 12% necessário por ano (L/ano)
 $260.172 \text{ g} \div 120 \text{ g/L} = \mathbf{2.168,1 \text{ L/ano.}}$
4. Número de galões de **50 L** por ano
 $2.168,1 \text{ L} \div 50 \text{ L/galão} = \mathbf{43,36 \text{ galões/ano}} \rightarrow \text{arredondamento comercial: } \mathbf{44 \text{ galões/ano}}$

7.4.1.24 Sistema de Abastecimento de Água – Aldeia Riachinho – São João das Missões/MG

Vazão: $52,8 \text{ m}^3/\text{h} \times 12 \text{ h/dia}$ (funcionamento da bomba) = $633,6 \text{ m}^3/\text{dia}$

Vazão de produção = $633,6 \text{ m}^3/\text{dia} = 633.600 \text{ L/dia}$

Dosagem alvo = $3,0 \text{ mg/L}$ de cloro ativo

Produto comercial = **12% cloro ativo** → **120 g de cloro ativo por litro de solução (12% m/V = 120 g/L).**

Ano = **365 dias**

Cálculo

1. Demanda diária de cloro ativo (mg → g)
 $633.600 \text{ L/dia} \times 3,0 \text{ mg/L} = 1.900.800 \text{ mg/dia} = \mathbf{1.900,8 \text{ g/dia.}}$
2. Demanda anual de cloro ativo (g/ano)
 $1.900,8 \text{ g/dia} \times 365 \text{ dias} = 693.792 \text{ g/ano} = \mathbf{693,79 \text{ kg/ano.}}$
3. Volume de solução 12% necessário por ano (L/ano)
 $693.792 \text{ g} \div 120 \text{ g/L} = \mathbf{5.781,6 \text{ L/ano.}}$
4. Número de galões de **50 L** por ano
 $5.781,6 \text{ L} \div 50 \text{ L/galão} = \mathbf{115,63 \text{ galões/ano}} \rightarrow \text{arredondamento comercial: } \mathbf{116 \text{ galões/ano}}$

7.4.1.25 Sistema de Abastecimento de Água – Aldeia Brejinho – São João das Missões/MG

Vazão: $7,54 \text{ m}^3/\text{h} \times 12 \text{ h/dia}$ (funcionamento da bomba) = $90,48 \text{ m}^3/\text{dia}$

Vazão de produção = $90,48 \text{ m}^3/\text{dia} = 90.480 \text{ L/dia}$

Dosagem alvo = $3,0 \text{ mg/L}$ de cloro ativo

Produto comercial = **12% cloro ativo** → **120 g de cloro ativo por litro de solução (12% m/V = 120 g/L).**

Ano = **365 dias**

Cálculo

1. Demanda diária de cloro ativo (mg → g)
 $90.480 \text{ L/dia} \times 3,0 \text{ mg/L} = 271.440 \text{ mg/dia} = \mathbf{271,44 \text{ g/dia.}}$
2. Demanda anual de cloro ativo (g/ano)
 $271,44 \text{ g/dia} \times 365 \text{ dias} = 99.019,6 \text{ g/ano} = \mathbf{99,02 \text{ kg/ano.}}$
3. Volume de solução 12% necessário por ano (L/ano)
 $99.019,6 \text{ g} \div 120 \text{ g/L} = \mathbf{825,16 \text{ L/ano.}}$
4. Número de galões de **50 L** por ano
 $825,16 \text{ L} \div 50 \text{ L/galão} = \mathbf{16,5 \text{ galões/ano}} \rightarrow \text{arredondamento comercial: } \mathbf{17 \text{ galões/ano}}$

7.4.1.26 Sistema de Abastecimento de Água – Aldeia Caatinginha – São João das Missões/MG

Vazão: $12 \text{ m}^3/\text{h} \times 12 \text{ h/dia}$ (funcionamento da bomba) = $144 \text{ m}^3/\text{dia}$

Vazão de produção = $144 \text{ m}^3/\text{dia} = 144.000 \text{ L/dia}$

Dosagem alvo = $3,0 \text{ mg/L}$ de cloro ativo

Produto comercial = **12% cloro ativo** → **120 g de cloro ativo por litro de solução (12% m/V = 120 g/L).**

Ano = **365 dias**

Cálculo

1. Demanda diária de cloro ativo (mg → g)
 $144.000 \text{ L/dia} \times 3,0 \text{ mg/L} = 432.000 \text{ mg/dia} = \mathbf{432 \text{ g/dia.}}$
2. Demanda anual de cloro ativo (g/ano)
 $432 \text{ g/dia} \times 365 \text{ dias} = 157.680 \text{ g/ano} = \mathbf{157,68 \text{ kg/ano.}}$
3. Volume de solução 12% necessário por ano (L/ano)
 $157.680 \text{ g} \div 120 \text{ g/L} = \mathbf{1.314 \text{ L/ano.}}$
4. Número de galões de **50 L** por ano
 $1.314 \text{ L} \div 50 \text{ L/galão} = \mathbf{26,28 \text{ galões/ano}} \rightarrow \mathbf{\text{arredondamento comercial: 27 galões/ano}}$

7.4.1 Limpeza de Reservatórios

MUNICÍPIO	ALDEIA	Material do Reservatório de Água	Volume Total do(s) Reservatório (s) de Água em Litros	Frequência de Limpeza dos Reservatórios: 2 vezes/ano (6 em 6 meses)	Quantidade de Cloro Utilizado Anualmente para Limpeza de Reservatórios (1 litro de Cloro p/ 1.000 Litros de Água)
ACUCENA	GERÚ-TUCUNÃ	POLIETILENO	5000	2	10
ARACRUZ	AMARELOS	POLIETILENO	5000	2	10
ARACRUZ	BOA ESPERANÇA	POLIETILENO	500	2	1
ARACRUZ	CAIEIRAS VELHA	CONCRETO	100000	2	200
ARACRUZ	IRAJÁ	POLIETILENO	1000	2	2
ARACRUZ	NOVA ESPERANCA	POLIETILENO	6000	2	12
ARACRUZ	COMBOIOS	POLIETILENO	15.000	2	30
ARACRUZ	CORREGO DO OURO	POLIETILENO	250	2	0,5
ARACRUZ	OLHO D'AGUA	POLIETILENO	10.000	2	20
ARACRUZ	PAU BRASIL	POLIETILENO E CONCRETO	71.000	2	142
ARACUAI	CINTA VERMELHA JUNDIBA	POLIETILENO	16.000	2	32
BERTOPOLIS	BOA VIDA	METÁLICO	20000	2	40
BERTOPOLIS	CACHOEIRA	METÁLICO	20000	2	40
BERTOPOLIS	MARAVILHA	METÁLICO	20000	2	40

BERTOPOLIS	NOVA	METÁLICO	30000	2	60
BERTOPOLIS	NOVILA	POLIETILENO	10000	2	20
BERTOPOLIS	VILA VILA	POLIETILENO	10000	2	20
CALDAS	IBIRAMÃ KIRIRI DO ACRÉ	POLIETILENO	10000	2	20
CALDAS	KARIRI WAKONA	POLIETILENO	10000	2	20
CALDAS	XUKURU	POLIETILENO	8.000	2	16
CAMPANARIO	CÓRREGO DO PEZINHO	POLIETILENO	8.000	2	16
CARMESIA	ENCONTRO DAS ÁGUAS	POLIETILENO	5.000	2	10
CARMESIA	IMBIRUÇU	POLIETILENO	8.000	2	16
CARMESIA	SEDE	METÁLICO	20.000	2	40
CORONEL MURTA	APUKARÉ	METÁLICO	8.000	2	16
GUANHAES	MIRUEIRA PATAXÓ - SERRA DA CANDONGA	POLIETILENO	10.000	2	20
ITACARAMBÍ	CARAÍBAS	CONCRETO	30.000	2	60
ITAPECERICA	MUÃ MIMATXI	POLIETILENO	10.000	2	20
LADAINHA	NOEMIA	POLIETILENO	18.000	2	36
LADAINHA	PINHEIRO	POLIETILENO	8.000	2	16
LADAINHA	TOTO MAXAKALI	POLIETILENO	8.000	2	16
MARTINHO CAMPOS	CAPÃO DO ZEZINHO	POLIETILENO	10.000	2	20
PRESIDENTE OLEGARIO	RENASCER WAKONÃ	POLIETILENO	18000	2	36
RESPLENDOR	ATORÃN	POLIETILENO	8000	2	16
SANTA HELENA DE MINAS	ÃMÃXUX (AMANTCHUI)	POLIETILENO	10000	2	20
SANTA HELENA DE MINAS	BADE	FIBRA DE VIDRO	10000	2	20
SANTA HELENA DE MINAS	GILMAR	POLIETILENO	10000	2	20
SANTA HELENA DE MINAS	IARA	FIBRA DE VIDRO	10000	2	20
SANTA HELENA DE MINAS	JOVIEL	METÁLICO	60000	2	120
SANTA HELENA DE MINAS	KOKITI	POLIETILENO	15000	2	30

SANTA HELENA DE MINAS	MAJOR	METÁLICO	60000	2	120
SANTA HELENA DE MINAS	MARCELO	METÁLICO	60000	2	120
SANTA HELENA DE MINAS	MARIAZINHA	METÁLICO	60000	2	120
SANTA HELENA DE MINAS	NOVA RAÍZES	FIBRA DE VIDRO	10000	2	20
SANTA HELENA DE MINAS	TOMÉ	METÁLICO	60000	2	120
SANTA HELENA DE MINAS	VALDEMAR	POLIETILENO	15000	2	30
SANTA HELENA DE MINAS	ZÉ PIRÃO	POLIETILENO	15000	2	30
SAO JOAO DAS MISSOES	BARRA DO SUMARÉ	METÁLICO	60000	2	120
SAO JOAO DAS MISSOES	BARREIRO PRETO	METÁLICO POLIETILENO	100000	2	200
SAO JOAO DAS MISSOES	BREJO MATA FOME	OUTRO	225000	2	450
SAO JOAO DAS MISSOES	BUQUEIRÃO	OUTRO	25000	2	50
SAO JOAO DAS MISSOES	CAATINGUINHA	POLIETILENO	20000	2	40
SAO JOAO DAS MISSOES	CUSTÓDIO	POLIETILENO	10000	2	20
SAO JOAO DAS MISSOES	FORGES	METÁLICO	20000	2	40
SAO JOAO DAS MISSOES	IMBAUBA	POLIETILENO	46000	2	92
SAO JOAO DAS MISSOES	ITACARAMBIZINHO	OUTRO	15000	2	30
SAO JOAO DAS MISSOES	ITAPICURU	POLIETILENO	30000	2	60
SAO JOAO DAS MISSOES	MORRO FALHADO	METÁLICO	40000	2	80
SAO JOAO DAS MISSOES	OLHOS DAGUA	OUTRO	15000	2	30
SAO JOAO DAS MISSOES	PEDRA REDONDA	POLIETILENO	10000	2	20
SAO JOAO DAS MISSOES	PEDRINHA	METÁLICO	5000	2	10
SAO JOAO DAS MISSOES	PERUAÇU	METÁLICO	25000	2	50
SAO JOAO DAS MISSOES	PINDAIBAS	CONCRETO	30000	2	60

SAO JOAO DAS MISSOES	PRATA	OUTRO	30000	2	60
SAO JOAO DAS MISSOES	PRATA	POLIETILENO	10000	2	20
SAO JOAO DAS MISSOES	RIACHÃO	CONCRETO	80000	2	160
SAO JOAO DAS MISSOES	RIACHINHO	POLIETILENO	90000	2	180
SAO JOAO DAS MISSOES	RIACHO COMPRIDO	OUTRO	10000	2	20
SAO JOAO DAS MISSOES	RIACHO DO BREJO	POLIETILENO	20000	2	40
SAO JOAO DAS MISSOES	RIACHO DOS BURITIS	POLIETILENO	10000	2	20
SAO JOAO DAS MISSOES	SANTA CRUZ	OUTRO	60000	2	120
SAO JOAO DAS MISSOES	SÃO DOMINGOS	METALICO	40000	2	80
SAO JOAO DAS MISSOES	SAPÉ	POLIETILENO	50000	2	100
SAO JOAO DAS MISSOES	SUMARÉ I	METÁLICO	10000	2	20
SAO JOAO DAS MISSOES	SUMARÉ II	METÁLICO	10000	2	20
SAO JOAO DAS MISSOES	SUMARÉ III	METÁLICO	30000	2	60
SAO JOAO DAS MISSOES	TENDA	METÁLICO	15000	2	30
SAO JOAO DAS MISSOES	TERRA PRETA	OUTRO	150000	2	300
SAO JOAO DAS MISSOES	VARGEM	METÁLICO	30000	2	60
SAO JOAO DAS MISSOES	VARZEA GRANDE	METÁLICO	20000	2	40
SAO JOAQUIM DE BICAS	NAÔ - XOHÃ	POLIETILENO	10000	2	20
TEOFILO OTONI	CACHOEIRINHA	POLIETILENO	8000	2	16
TEOFILO OTONI	ESCOLA FLORESTA	POLIETILENO	8000	2	16
TOTAL					4598 = 4600

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 481.180,50

8.1 O valor médio estimado para o futuro certame licitatório equivale a quantia supra de R\$ 481.180,50 (Quatrocentos e Oitenta e Um Mil, Cento e Oitenta reais e Cinquenta centavos).

8.2 O quantitativo considerado corresponde a 49.050 litros (equivalente a 981 galões de 50 L). O preço unitário adotado para fins de estimativa é de R\$ 9,81 por litro (R\$ 490,50 por galão de 50 L). O valor total foi obtido multiplicando-se o preço unitário pelo volume total e considera as especificações técnicas e exigências previstas no

item 4 do ETP, tais como: produto com teor mínimo de 12% de cloro ativo, validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega, embalagens recicláveis ou retornáveis, conformidade com normas da ANVISA, e implementação de logística reversa para destinação ambientalmente adequada das embalagens.

Adicionalmente, a estimativa contempla custos logísticos inerentes ao transporte até as aldeias, bem como as condições de armazenagem e manuseio seguro do produto, de modo a atender às exigências legais, de saúde pública e ambientais aplicáveis.

ITEM	CATSER /CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE (Litros)	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	343299	HIPOCLORITO DE SÓDIO Aspecto Físico: Líquido Amarelo Esverdeado Concetração: Teor Mínimo de 12% de Cloro Ativo Características Adicionais: Produto Concentrado, Não Estabilizado. Aplicação no tratamento de água potável. Fracionamento em galões de 50 litros. Prazo mínimo de validade 06 (seis) meses a partir da data de entrega.	Litro	49.050	R\$ 9,81	R\$ 481.180,50

8.3 Fonte da Pesquisa de Preços

A estimativa do valor da contratação foi elaborada com base em pesquisa de preços realizada em conformidade com o disposto no art. 23 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, utilizando-se **consultas em portais oficiais de compras públicas**, notadamente o **Painel de Preços do Governo Federal**, a fim de verificar contratações recentes de objeto similar.

Os preços coletados foram avaliados quanto à adequação técnica e às especificações mínimas exigidas (teor mínimo de cloro ativo, validade, embalagem e conformidade regulatória). Após análise crítica e descarte de eventuais valores excessivamente discrepantes, chegou-se ao preço médio unitário de **R\$ 9,81 por litro**, utilizado para a composição da estimativa apresentada no item 8.1.

8.4 A metodologia aplicada na pesquisa de preços garante transparência, confiabilidade e aderência às normas vigentes, possibilitando a fixação de um valor estimado compatível com os preços praticados pelo mercado. Dessa forma, assegura-se que a Administração Pública disponha de parâmetros consistentes para a condução do certame licitatório, promovendo a seleção da proposta mais vantajosa, em observância aos princípios da economicidade, eficiência e isonomia que regem as contratações públicas.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1 A decisão pelo parcelamento da solução, com a aquisição dos itens de forma individualizada, baseia-se em critérios técnicos, econômicos e legais que visam à ampliação da competitividade, à eficiência na contratação pública e à obtenção de melhores condições para a Administração Pública.

9.2 Ao analisar o potencial competitivo para esta licitação, observou-se que a aquisição por item proporciona significativas vantagens, destacando-se, em primeiro lugar, a possibilidade de se alcançar maior economia de escala. Ao permitir que os fornecedores apresentem propostas apenas para os itens em que possuem maior especialização e capacidade de fornecimento, espera-se obter preços mais vantajosos, dado que cada licitante poderá concentrar seus esforços naqueles produtos que detém maior expertise e estrutura de fornecimento, resultando em propostas mais competitivas.

9.3 Além disso, a adoção do parcelamento favorece uma gestão contratual mais eficiente. A contratação por itens permite que eventuais atrasos, falhas ou inadimplementos sejam isolados a contratos específicos, sem comprometer o fornecimento total do objeto da licitação.

9.4 Essa estratégia reduz o risco global da contratação, melhora a fiscalização e possibilita maior controle de desempenho dos fornecedores, garantindo maior segurança à Administração.

9.5 Sob a ótica da ampliação da competitividade, a fragmentação do objeto licitado permite que empresas de pequeno e médio porte participem do certame, mesmo que não atendam a todos os requisitos para o fornecimento integral. Isso está em consonância com os princípios da isonomia e da ampla concorrência, previstos na Lei nº 14.133/2021 (nova Lei de Licitações e Contratos), especialmente no que se refere à vedação de exigências desnecessárias que limitem a participação de interessados aptos a fornecer parte do objeto da contratação (art. 40, §1º, da referida lei).

9.6 Adicionalmente, ressalta-se que a opção pelo não agrupamento dos itens segue a regra geral da contratação pública que recomenda, sempre que tecnicamente viável, o parcelamento do objeto, conforme disposto na legislação e nas boas práticas de planejamento de aquisições públicas. A administração, ao optar pelo parcelamento, também visa maior aderência às necessidades operacionais, uma vez que os insumos e equipamentos destinados ao tratamento da água apresentam especificidades técnicas distintas, exigindo critérios e prazos de fornecimento diferenciados, o que reforça a adequação do tratamento segregado por item

9.7 Portanto, a escolha pelo parcelamento do objeto licitado demonstra-se a solução mais adequada sob os aspectos técnicos, legais e de gestão pública, assegurando eficiência, economicidade e maior competitividade ao processo licitatório.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. O presente objeto não tem correlação ou interdependência com outros processos.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1 A contratação foi prevista no Plano de Contratações Anual, conforme o Documento de Formalização da Demanda nº 178/2023.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A contratação do fornecimento contínuo de Hipoclorito de Sódio Líquido a 12% possibilitará a manutenção ininterrupta do processo de desinfecção da água distribuída nas aldeias indígenas atendidas pelo DSEI/MGES, garantindo sua potabilidade e segurança para consumo humano. Tal medida contribui diretamente para a **prevenção de doenças de veiculação hídrica**, reduzindo a incidência de surtos de diarreia, hepatites e parasitoses, o que resulta em melhoria significativa das condições de saúde e qualidade de vida das comunidades indígenas.

Do ponto de vista institucional, a contratação assegura a regularidade e eficiência da prestação dos serviços de saúde indígena, em consonância com a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas e com as atribuições legais do DSEI/MGES, fortalecendo a capacidade de resposta do Estado às necessidades dessa população.

Adicionalmente, a medida promove impactos positivos para o **Sistema Único de Saúde (SUS)**, ao reduzir custos com tratamentos decorrentes de doenças evitáveis, bem como para a **gestão pública**, ao reforçar os princípios da economicidade, eficiência e interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021.

Sob a ótica das políticas públicas transversais, a contratação contribui ainda para o cumprimento dos **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)**, especialmente o ODS 3 (Saúde e Bem-Estar) e o ODS 6 (Água Potável e Saneamento), reafirmando o compromisso do Estado brasileiro com a promoção da saúde, a sustentabilidade e a dignidade humana.

Os principais benefícios esperados são:

12.1. Benefícios sanitários e de saúde pública: manutenção da potabilidade da água fornecida às aldeias indígenas, reduzindo drasticamente os riscos de doenças de veiculação hídrica, como diarreias, hepatites virais e parasitoses; proteção à saúde coletiva; diminuição da mortalidade infantil e prevenção de surtos epidêmicos.

12.2. Benefícios sociais: garantia de acesso contínuo à água tratada e segura, assegurando dignidade às comunidades indígenas e fortalecendo a efetividade da Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (PNASPI); promoção da cidadania e da justiça social junto a populações em situação de vulnerabilidade.

12.3. Benefícios econômicos e administrativos: redução de custos hospitalares e de atendimentos emergenciais decorrentes de doenças evitáveis; menor demanda por remoções e internações; otimização dos recursos orçamentários ao priorizar a prevenção em detrimento do tratamento.

12.4. Benefícios institucionais e legais: cumprimento das atribuições do Distrito Sanitário Especial Indígena – Minas Gerais e Espírito Santo (DSEI/MGES) e do Ministério da Saúde, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e com as diretrizes do SUS; fortalecimento da credibilidade da Administração perante as comunidades assistidas.

12.5. Benefícios ambientais e de sustentabilidade: utilização de embalagens recicláveis ou retornáveis, adoção de práticas de logística reversa e incentivo a fornecedores que atuem com boas práticas ambientais, sociais e de governança (ESG), em consonância com a Política Nacional de Resíduos Sólidos e com o ODS nº 6 da Agenda 2030 da ONU.

12.6. Benefícios estratégicos: garantia da continuidade do funcionamento das Estações de Tratamento de Água (ETAs) recém-implantadas, assegurando a efetividade dos investimentos já realizados e a ampliação do acesso à água potável em comunidades historicamente desassistidas.

13. Providências a serem Adotadas

13.1 As providências antecedentes à celebração do contrato incluem a capacitação dos servidores responsáveis pela gestão e fiscalização contratual e a prévia autorização do Coordenador do Distrito para a celebração dos contratos.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Transporte do Insumo

O transporte do hipoclorito de sódio apresenta riscos ambientais associados a vazamentos ou derrames acidentais, especialmente se as embalagens não forem adequadas ou estiverem danificadas. Tais eventos podem ocasionar contaminação do solo e de corpos d'água ao longo das rotas de distribuição. Além disso, há impactos indiretos relacionados à emissão de poluentes atmosféricos provenientes da frota de veículos, como gases de efeito estufa e material particulado, o que contribui para a pegada de carbono da contratação.

14.2. Armazenamento e Manuseio

O armazenamento inadequado do hipoclorito de sódio pode resultar em degradação do produto e descarte prematuro, gerando resíduos químicos. A manipulação incorreta pode ocasionar acidentes como derramamentos, contato direto com trabalhadores, contaminação de superfícies e risco de liberação em ambientes naturais. Tais cenários podem ser evitados por meio de infraestrutura adequada (depósitos com piso impermeável, contenção, ventilação, sinalização) e pelo uso de equipamentos de proteção individual (EPI).

14.3. Descarte de Embalagens

As embalagens plásticas de 50 litros, se não forem recicláveis ou retornáveis, podem representar significativa geração de resíduos sólidos. O descarte irregular das embalagens contaminadas pode liberar resíduos químicos no meio ambiente, afetando o solo e recursos hídricos. Nesse sentido, a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) estabelece a obrigatoriedade da logística reversa e da destinação ambientalmente adequada de embalagens de produtos perigosos.

14.4. Impactos Regulatório e de Segurança Legal

O transporte e o armazenamento do hipoclorito de sódio são regidos por normas específicas de segurança, como a Resolução ANTT nº 5.998/2022 e normas da ABNT (NBR 7500, entre outras), que tratam de rotulagem, simbologia de risco e acondicionamento adequado de produtos perigosos. O descumprimento dessas normas pode acarretar sanções ambientais, administrativas e civis. Ademais, a contratação deve exigir dos fornecedores o fornecimento da Ficha de Informação de Segurança de Produtos Químicos (FISPQ), conforme regulamentação da ANVISA e da ABNT (NBR 14725), assegurando informações claras sobre riscos, manuseio e primeiros socorros.

14.5. Uso nas Estações de Tratamento de Água (ETAs)

Durante a aplicação do hipoclorito de sódio em Estações de Tratamento de Água (ETAs), os riscos ambientais são considerados controlados, pois o processo é regulamentado e segue padrões técnicos de potabilidade estabelecidos pela Portaria GM/MS nº 888/2021. No entanto, falhas operacionais ou dosagens incorretas podem levar à presença de cloro residual em concentrações acima do permitido, o que pode causar impactos ao meio ambiente aquático caso a água tratada seja descartada de forma inadequada.

14.6. Impactos na Cadeia Produtiva

A produção industrial de hipoclorito de sódio envolve consumo de energia elétrica, água e matérias-primas químicas, gerando emissões e resíduos no processo. Há também impactos indiretos associados ao transporte upstream (matérias-primas até a indústria) e downstream (produto final até o consumidor). Embora esses impactos não ocorram diretamente na execução contratual pelo Ministério da Saúde, devem ser considerados como parte da avaliação do ciclo de vida do produto, em conformidade com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU (6ª edição, 2023).

14.7. Sustentabilidade e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

A aquisição do insumo, ao prever cláusulas de sustentabilidade, contribui para os ODS nº 6 (Água potável e saneamento) e ODS nº 12 (Consumo e produção responsáveis), da Agenda 2030 da ONU. Entre as medidas mitigadoras recomendadas pelo Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU e pelo Plano Diretor de Logística Sustentável do Ministério da Saúde (PLS/MS), destacam-se:

- Utilização de embalagens recicláveis ou retornáveis;
- Implementação de logística reversa obrigatória para recolhimento e destinação final das embalagens;
- Exigência de comprovação de boas práticas de governança socioambiental (ESG) pelos fornecedores;
- Adoção de soluções logísticas que minimizem emissões de poluentes no transporte e armazenamento;
- Treinamento de equipes locais para manipulação segura do produto e resposta a emergências ambientais.

14.8. Conclusão sobre Impactos Ambientais

Embora a contratação de hipoclorito de sódio envolva riscos inerentes ao uso de produtos químicos, a implementação de medidas preventivas e de gestão ambiental reduz significativamente tais impactos. A correta manipulação do insumo, a destinação ambientalmente adequada das embalagens e a observância às normas da ANVISA, do CONAMA, da ANTT, da ABNT e da Política Nacional de Resíduos Sólidos asseguram que os benefícios sanitários e sociais da contratação superem amplamente os potenciais riscos ambientais.

Assim, conclui-se que a aquisição está alinhada com as boas práticas de sustentabilidade e com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU (6ª edição, 2023), garantindo que a contratação atenda simultaneamente às necessidades de saúde indígena e à preservação ambiental.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1. A contratação para o fornecimento contínuo de hipoclorito de sódio é viável por tratar-se de insumo consolidado no mercado, padronizado por órgãos de vigilância sanitária e essencial ao tratamento de água potável. O fornecimento em regime contínuo, por meio de Pregão Eletrônico com critério de menor preço por item, assegura economicidade, transparência e competitividade, além, de atender às atribuições legais do DSEI/MGES de garantir às comunidades indígenas. A solução é tecnicamente adequada, logisticamente exequível e juridicamente respaldada pela Lei nº 14.133/2021, contribuindo para a prevenção de doenças, a redução de custos assistenciais no SUS e o cumprimento das políticas públicas de saúde e saneamento.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ANTONIO ISMAEL VIEIRA

Membro da Equipe de Planejamento



Assinou eletronicamente em 13/04/2026 às 17:50:54.

JOSE BRAULIO PEREIRA MACEDO

Membro da Equipe de Planejamento



Assinou eletronicamente em 13/04/2026 às 16:00:59.

CELIO CEZAR FERREIRA

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 15/04/2026 às 13:53:38.

Apêndice II
MODELO DE PROPOSTA

Nome da sua Empresa:
Endereço da sua Empresa c/ CEP:
Telefone da sua Empresa:
E-mail da sua Empresa:
CNPJ da sua Empresa:
À [Órgão Responsável pela Licitação]

Ref.: Proposta de Licitação - [Nome da Licitação]

2. Objeto da Licitação

Nosso interesse em participar desta licitação refere-se à prestação de serviços/aquisição de/para [descrever detalhadamente o objeto da licitação, conforme especificações do edital].

3. Preços e Condições de Pagamento

Inserimos abaixo a planilha com os detalhes dos preços e condições de pagamento:

Item	Descrição do Serviço/material	CATSER/CATMAT	UNIDADE	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	[Descrição]			[Quantidade]	R\$ [Valor]	R\$ [Valor]
3	[Descrição]			[Quantidade]	R\$ [Valor]	R\$ [Valor]
...
Total						R\$ [Total]

Prazo de Execução e Condições de Pagamento conforme estabelecido no instrumento convocatório.

5. Validade da Proposta

Esta proposta é válida por [inserir prazo] a partir da data de sua apresentação.

6. Contato e Esclarecimentos

Para eventuais esclarecimentos ou negociações, estamos à disposição nos seguintes contatos:

[Responsável pela Proposta]
[Telefone para Contato]
[E-mail para Contato]
[Outros meios de comunicação, se aplicável]

Atenciosamente,

[Assinatura do Responsável Legal da Empresa]
[Nome do Responsável Legal] [Cargo do Responsável Legal]
[Nome da sua Empresa]

Apêndice III

MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS PARA AQUISIÇÕES E SERVIÇOS S/ MÃO DE OBRA

Nome da sua Empresa:
Endereço da sua Empresa c/ CEP
Telefone da sua Empresa
E-mail da sua Empresa
CNPJ da sua Empresa

À [Órgão Responsável pela Licitação]

Ref.: Proposta de Licitação - [Nome da Licitação]

Item	Descrição do Item	Quantidade	Unidade de Medida	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	[Descrição do Item 1]	[Quantidade]	[Unidade]	[Valor Unitário]	[Valor Total]
2	[Descrição do Item 2]	[Quantidade]	[Unidade]	[Valor Unitário]	[Valor Total]
3	[Descrição do Item 3]	[Quantidade]	[Unidade]	[Valor Unitário]	[Valor Total]
...
Subtotal Itens					[Subtotal Itens]
4	Frete/Transporte	1	[Unidade]	[Valor Unitário]	[Valor Total]
5	Seguro	1	[Unidade]	[Valor Unitário]	[Valor Total]
6	Taxas/Impostos	1	[Unidade]	[Valor Unitário]	[Valor Total]
7	Outros Custos	1	[Unidade]	[Valor Unitário]	[Valor Total]
Subtotal Custos Adicionais					[Subtotal Custos Adicionais]
Total Geral					[Total Geral]

Observações:

- **Descrição do Item:** Detalhe aqui cada item que compõe a aquisição ou serviço.
- **Quantidade:** Indique a quantidade de cada item.
- **Unidade de Medida:** Especifique a unidade de medida de cada item (ex: unidade, metro, litro, etc.).
- **Valor Unitário (R\$):** Insira o valor unitário de cada item em reais.
- **Valor Total (R\$):** Este campo é calculado automaticamente multiplicando a quantidade pelo valor unitário.

Resumo dos Custos:

- **Subtotal Itens:** R\$ [Subtotal Itens]
- **Subtotal Custos Adicionais:** R\$ [Subtotal Custos Adicionais]
- **Total Geral:** R\$ [Total Geral]

Condições de Pagamento:

- [Detalhe aqui as condições de pagamento, como forma de parcelamento, datas de vencimento, etc.]

Esta planilha contempla todos os custos relacionados à aquisição de itens ou serviços, incluindo custos adicionais como frete, seguro, taxas e outros. Atenciosamente,

[Nome da sua Empresa]
[Assinatura do Responsável Legal da Empresa]
[Nome do Responsável Legal]
[Cargo do Responsável Legal]

ANEXO IV

MODELO DE INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO – IMR

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. O Instrumento de Medição de Resultado – IMR destina-se ao ajuste escrito anexo aos contratos firmados para a contratação de serviços de saúde indígena.

Objetivo a atingir: Prestação de serviços de saúde indígena em elevados níveis de qualidade.

Forma de avaliação: Definição de situações que caracterizem o não atingimento do objetivo, e atribuição de descontos no valor de pagamento devido.

Sanções: Embora a aplicação de índices de desconto seja instrumento de gestão contratual, não configurando sanção, a Contratante poderá, pela qualidade insuficiente, aplicar as penalidades previstas em contrato.

2. CONDIÇÕES GERAIS

2.1. Para o acompanhamento e avaliação dos serviços da Contratada serão estabelecidos e utilizados os Instrumentos de Medição de Resultado – IMR entre as partes, baseando-se em indicadores e metas definidos neste documento.

2.2. A análise dos resultados destas avaliações poderá resultar em penalidades, conforme prevê o Processo de Aferição, caso a Contratada não cumpra com os seus compromissos de apresentação, pontualidade, disponibilidade e de prestação do objeto contratual, conforme estabelecido pelos indicadores.

2.3. **O IMR deve ser considerado e entendido pela Contratada como um compromisso de qualidade que assumirá junto à Coordenação-Geral.** O IMR é um instrumento ágil e objetivo de avaliação da qualidade da execução contratual, associando o pagamento à qualidade efetivamente obtida.

2.4. Para o recebimento integral do valor contratado, a empresa contratada deverá cumprir com suas obrigações contratuais, em especial as dispostas nos indicadores de desempenho.

2.5. O IMR será implementado a partir da primeira medição da data de assinatura do contrato, cabendo ao Fiscal Técnico do contrato avaliar mensalmente a execução dos serviços prestados.

2.6. Para consecução destes objetivos deverão ser adotadas as regras e metodologias de medição de resultado descritas nos itens abaixo.

3. DESCRIÇÃO DOS ITENS AVALIADOS POR POSTO DE SERVIÇO

MÓDULO ÚNICO – AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE INDÍGENA

Item	Descrição do Item	Peso	Pontuação Máxima
1	Ausência de itens necessários	2,5	10
2	Substituição inadequada de itens	2,5	10
3	Condições inadequadas de serviço	2,5	10
4	Uso de equipamentos fora de especificações	2,5	10
5	Não cumprimento de normas de atendimento	2,5	10
6	Atraso no início do serviço (até 30 min)	2,5	10

7	Término antecipado do serviço	2,5	10
8	Descumprimento do tempo regular de atendimento	2,5	10
9	Indisponibilidade do serviço por mais de 30 min	2,5	10
10	Ausência contumaz nas áreas de atuação	2,5	10
11	Distrações prejudiciais ao serviço	2,5	10
12	Tratamento inadequado com os pacientes indígenas	2,5	10

4. CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO DOS ITENS AVALIADOS

4.1. De acordo com as ocorrências constatadas na execução do contrato e considerando os pesos de cada módulo, a pontuação mensal da contratada será avaliada de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Pontuação mensal} = 350 - (n^{\circ} \text{ de Ocorrências do MÓDULO ÚNICO} \times 2,5)$$

4.2. Os serviços serão considerados insatisfatórios abaixo de 290 pontos. 4.3. O primeiro mês de contrato será objeto apenas de notificação, de modo a permitir o ajuste e aperfeiçoamento da qualidade do serviço pela contratada.

4.4. A empresa poderá apresentar justificativa para a prestação dos serviços abaixo do nível de satisfação, que poderá ser aceita pela CONTRATANTE, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle da empresa.

5. FORMA DE DIMENSIONAMENTO DOS PAGAMENTOS

5.1. As adequações nos pagamentos estarão limitadas à seguinte **Faixa de Tolerância**, correspondente à pontuação obtida:

- 350 A 310 **0%**
- 290 A 309 **1,5%**
- Abaixo de 290 **3%**

<i>Pagamento = Valor da NF [R\$] - Faixa de Tolerância [%]</i>

5.2. Haverá possibilidade de **rescisão contratual** nas seguintes condições:

5.2.1. Desconto de 3% por mais de seis vezes durante a vigência inicial do Contrato ou nos últimos 12 meses, se houver prorrogação;

5.2.2. Pontuação abaixo de 250 pontos;

6. FORMA DE AFERIÇÃO E ANOTAÇÃO DOS RESULTADOS

6.1 O Fiscal Técnico do Contrato deverá utilizar as tabelas abaixo para registrar as ocorrências dentro do período de aferição:

MÓDULO ÚNICO: AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE INDÍGENA

Total de ocorrências	Data da Ocorrência	Descrição

DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1. Este instrumento define expectativas de serviços e responsabilidades entre o DSEI _____ e a empresa _____, CNPJ n.º _____ e, é parte integrante do contrato ou atas de registro de preços decorrente do Edital Pregão Eletrônico nº ____/20__.

7.2. A assinatura deste instrumento indica que a as partes o revisaram e que, em termos de necessidades, apresenta objetivos realizáveis e mensuráveis na execução dos serviços.

_____/ __, de de 20__.

CONTRATANTE

CONTRATADA

Apêndice V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES DA LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO

[Nome da Empresa]

CNPJ nº. [Número do CNPJ]

Por meio deste, eu, **[Nome do Representante Legal]**, portador da Carteira de Identidade nº. **[Número da Carteira de Identidade]** e do CPF nº. **[Número do CPF]**, representante legal da empresa **[Nome da Empresa]**, declaro, em atendimento ao disposto no **Edital n.º __/20__**, que a nossa empresa possui pleno conhecimento de todas as informações relacionadas à execução dos trabalhos e/ou condições de entrega/fornecimento referentes à licitação mencionada.

Comprometemo-nos a não alegar, em momento posterior, o desconhecimento de fatos que eram evidentes à época da licitação, visando solicitar qualquer alteração no valor do contrato que venha a ser celebrado, caso a nossa empresa seja a vencedora do certame.

Local e data: [Local], [Data]

[Nome da sua Empresa]

[Assinatura do Responsável

Legal da Empresa]

[Nome do Responsável Legal]

[Cargo do Responsável Legal]

DIST. SANT. ESP. INDIGENA

Contrato 20/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
20/2026	257035-DIST. SANT. ESP. INDIGENA	GABRIEL LEANDRO SILVA	17/04/2026 16:38 (v 0.5)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		25047.002066/2025-95

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

Processo Administrativo nº 25047.002066/2025-95

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº xx/xxxx, QUE FAZEM ENTRE SI A
UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (A)
E

A União, por intermédio do(a) Distrito Sanitário Especial Indígena, com sede no(a) Av. Brasil, nº 4550, Bairro Santa Terezinha, na cidade de Governador Valadares/MG, CEP: 35030-070, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 00.394.544/0049-20, neste ato representado(a) pelo(a) [cargo e nome], nomeado(a) pela Portaria nº XX, de [dia] de [mês] de [ano], publicada no DOU de [dia] de [mês] de [ano], portador da Matrícula Funcional nº [nº matrícula], doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) [CONTRATADO], inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ], sediado(a) na [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por [nome e função no CONTRATADO], conforme [atos constitutivos da empresa] **OU** [procuração apresentada nos autos], tendo em vista o que consta no Processo nº xxxxx.xxxxxx/xxxx-xx e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) Pregão Eletrônico nº XX/XXXX, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

- 1.1. O objeto do presente instrumento é a aquisição de hipoclorito de sódio, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
- 1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL [A3]
1						
2						

3						
...						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação

1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do(a) assinatura do contrato, prorrogável sucessivamente por até 5 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, bem como à inexistência de registros no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

2.2. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.4. contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será permitida a subcontratação.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$ xxxxxx (xxxxxxxxxx).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

7.9. As regras acima e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.1.6. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.8 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.8.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 15 (quinze) dias;

8.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

- 9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
- 9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;
- 9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 9.15. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
- 9.16. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 9.17. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 9.18. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 9.19. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 10.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados fornecidos pela contratada, sendo eles, o nome e a matrícula do representante da contratante que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados fornecidos pela contratada, sendo eles o nome e matrícula funcional do representante da contratante para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados fornecidos pela contratada, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados fornecidos pela contratada, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, mediante justificativa formal de que não dispõe de créditos orçamentários para sua continuidade ou de que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.2.1. Nesse caso, a extinção antecipada ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, garantido um prazo mínimo de dois meses para ciência formal do contratado, devendo ser observada a regra do art. 183 da Lei nº 14.133, de 2021 para a contagem deste prazo.

13.3. O contrato poderá ser extinto com fundamento na ausência de créditos orçamentários ou na perda de vantagem contratual antes da data de aniversário, desde que ocorra com ônus para o CONTRATANTE, conforme previsto no art. 138, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

13.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.5. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.6. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.7. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.8. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.8.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.8.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.8.3. Das indenizações e multas.

13.9. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.10. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.10.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.10.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.11. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I) Gestão/unidade: 257035;

II) Fonte de recursos: 1001000000;

III) Programa de trabalho: 234651;

IV) Elemento de despesa: 339030;

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Governador Valadares/MG, Seção Judiciária de Governador Valadares /MG para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

19. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

CELIO CEZAR FERREIRA

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 17/04/2026 às 16:38:38.